



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS

60 ANOS

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 5

ANO I

V FASE

NOVEMBRO 1985

Cr\$ 1.200

**Insurreição de 35
é lembrada pelo
povo no seu
cinquentenário**

João Amazonas, presidente do Diretório Nacional do Partido Comunista do Brasil, analisa a atuação da Aliança Nacional Libertadora e desmistifica a campanha difamatória que a burguesia realiza contra a insurreição.
Página 3.

EDITORIAL

Trabalhadores vão dizer não à reação e ao atraso.

Chegamos aos momentos decisivos de uma grande batalha política: as eleições para prefeitos das capitais e das áreas de segurança nacional.

A classe operária, os trabalhadores, dela participam com grande garra, imprimindo novo colorido à vida política do país, malgrado as tentativas de colocá-los à margem e de desmobilizá-los. Hoje os trabalhadores compreendem, como resultado da elevação de seu nível de consciência, que eles, a parcela mais conseqüente da sociedade, avançam no curso das lutas do dia-a-dia, sobretudo as lutas políticas. A campanha eleitoral mostrou que não basta participar, seja nos comícios ou outras ações, ou ainda da votação em si, mas participar bem, corretamente. Com espírito unitário e independência, colocando-se ao lado das candidaturas democráticas, progressistas e capazes de bater a reação.

Afinal, configurou-se nitidamente, nas grandes cidades e particularmente em São Paulo, uma acentuada bipolarização entre o avanço e o retrocesso, a consolidação democrática e a cristalização de bolsões fascizantes, o progresso e a reação. Enfim, confronto que tende a se intensificar entre a direita e as forças progressistas. A luta eleitoral apareceu, assim, como o reflexo dessa contenda, presente em toda a vida política e social do país nestes primeiros meses de Nova República.

A classe operária, por isso mesmo, não pode se embair pelo diversionismo das candidaturas patrocinadas por forças diversionistas, como o PT, o PDT e o chamado PCB. Particularmente em São Paulo, a candidatura petista joga, na verdade, o papel de reserva da reação, na medida em que os votos em Suplicy representarão sufrágios ao candidato da reação, o putrefacto Jânio Quadros. Trata-se de postura vesga, que em nada interessa ao avanço democrático do país, nem muito menos à elevação do grau de consciência e organização dos trabalhadores.

Realça-se ainda mais a importância da unidade dos trabalhadores e democratas em geral em torno das candidaturas capazes de derrotar o retrocesso, se se tem em conta a dimensão nacional da batalha que ora finda. Toda a campanha eleitoral mostrou que de municipal estas eleições têm apenas a forma. Seu conteúdo é essencialmente nacional, pois que é continuidade direta das memoráveis campanhas de 1984 e uma espécie de ensaio geral das lutas de 1986, em especial a eleição para a Constituinte.

O Partido Comunista do Brasil teve durante todo esse processo uma estratégia correta. Balizada não em seu interesse exclusivo, mas no interesse geral da nação e do povo, propugnou a mais ampla união das forças democráticas e patrióticas, orientou no sentido da intensa mobilização de forças e da organização popular. Inspirados nessa justa orientação, os comunistas foram fator de estabilidade no seio da aliança democrática. Contribuíram para definir apoios corretos, combatem a dispersão, advertem o fracionamento como tendência malsã e mantêm-se como esteio seguro das conquistas democráticas da Nova República.

Fosse outra nossa orientação e a surrada pregação anticomunista teria encontrado eco e resultado na dispersão das forças democráticas. Se tal não ocorreu, deve-se à amplitude e à justeza da linha adotada pelo PC do B.

No dia 15, o povo brasileiro, que avança politicamente e nutre vigoroso sentimento de mudanças, infligirá contundente derrota a seus inimigos.

Vamos reforçar essa tendência! Tudo pela vitória democrática em 15 de Novembro!

Tudo pela consolidação democrática e pela continuidade das mudanças na Nova República!



**Só mobilização
camponesa vai
fazer a reforma
agrária avançar**

Página 4

**As negociações
só terão futuro
se os trabalhadores
não forem
prejudicados**

Página 2

**Veja como o FMI
e a dívida externa
tiram tudo que o
povo produz
e ganha**

Página 4

Em São Paulo PC do B filia milhares de novos combatentes

Apenas num fim de semana, durante Jornada de Filiação realizada pelo Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil — PCdoB — em São Paulo, milhares de pessoas ingressaram no Partido do proletariado. A campanha continua e paralelamente à batalha eleitoral, contingentes cada vez maiores de populares procuram o PCdoB para orientar e dirigir suas lutas.

O Partido nasce e se desenvolve também em pequenas cidades do interior do Brasil. Onde se desenvolve a campanha de filiação a meta agora é organizar os novos membros para que possam participar ativamente da luta política em curso.

Páginas 5, 6, 7 e 8.



Lutas do povo

Trabalhadores devem negociar sem abrir mão dos seus anseios

A onda grevista que se espalha pelo país trouxe mais uma vez para a ordem do dia a proposta do chamado "pacto social" — um entendimento entre governo, trabalhadores e empresários. A experiência das últimas campanhas salariais, em que os patrões têm apostado no impasse, coloca para a classe operária a perspectiva de tomar a iniciativa política nas negociações e entrar nelas em vantagem.

Nos sete primeiros meses do ano, de acordo com cálculos do DIEESE, 3 milhões de trabalhadores entraram em greve — um número que passa fácil dos 4 milhões se acrescentarmos as greves dos bancários e outras posteriores a julho. No final deste ano e começo de 1986, uma safra de campanhas salariais coloca frente a frente com o patronato mais de 1 milhão de operários paulistas, encabeçados pela maior categoria proletária do país, os metalúrgicos de São Paulo.

Diante dessa situação e com a expectativa de consolidar seu suporte político e assegurar um período de certa estabilidade, o Presidente da República José Sarney lançou, ainda no primeiro semestre, a idéia de um pacto político-social. A proposta foi apresentada e retirada uma série de vezes, mas busca, no fundamental, assegurar a implantação das mudanças políticas e econômicas constantes da plataforma da Nova República.

Apresenta-se, portanto, uma situação em que o governo procura reunir empresários e trabalhadores para discutir medidas capazes de promover um entendimento. Trata-se de ver a quem interessam estas negociações e, particularmente, que vantagens a classe operária pode tirar destas condições. Com os espaços abertos pela Nova República, pode-

mos utilizar esta proposta do pacto para acumular forças e obter certas conquistas de âmbito nacional, consensuais no movimento sindical.

A Plenária Nacional da Conclat (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), reunida em outubro, discutiu o pacto. As resoluções adotadas apontam um caminho pelo qual se pode tirar bom proveito da situação e fortalecer o movimento sindical.

Como negociar

A Conclat irá para a mesa com cinco reivindicações: reajustes trimestrais de salários com reposição das perdas salariais; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução dos salários; estabilidade no emprego; reconhecimento das Comissões de Empresa, e aplicação imediata do plano de Reforma Agrária, apresentado pelo Mirad Ingra no Congresso da Contag.

Para Sérgio Barroso, do Sindicato dos Médicos de Alagoas e da comissão de negociação da Conclat, trata-se "das reivindicações que os trabalhadores já levantam no seu dia a dia, já enfrentam inclusive nas próprias greves, mobilizações, manifestações e passeatas". No seu entender, sua conquista "serviria, por um lado, para melhorar as condições de vida da classe operária e dos trabalhadores, saídos do sufoco de 21 anos de ditadura. Por outro, possibilita um maior avanço da sua organização".

Por serem bandeiras consensuais e de alcance nacional, são fatores de unidade dos trabalhadores. Seu peso, neste aspecto, se faz sentir na campanha salarial unificada que mobiliza, neste final de ano, mais de um milhão de operários paulistas. Por outro lado, são aspirações há muito manifestadas nas lutas grevistas mas que até agora só foram arrancadas aos patrões — e mesmo

A luta pela trimestralidade

A greve dos bancários e a safra de campanhas salariais de novembro recolocam para a Nova República uma questão: salário causa inflação? Se no terreno político os avanços alcançados ficam mais claros, a cada movimento grevista as fraturas na área econômica são progressivamente expostas sempre que a classe operária e os trabalhadores vão à luta por suas reivindicações.

Alega-se que não seria possível recompor o poder de compra dos salários "tão rápido, pois causaria uma explosão inflacionária", o que é utilizado como "argumento" contrário à adoção dos reajustes trimestrais de salários. O governo teme, segundo afirmam seus representantes da área econômica que os empresários passem os reajustes salariais para os preços, o que, dizem, "não permitiriam".

Do lado dos trabalhadores, porém, o ponto de vista é diferente. "O governo está cedendo a pressões externas", diz Cláudio Spicciatti, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. "Ele não admite a trimestralidade, ou não discute a escala móvel, a pretexto de combater a inflação. E fechou questão".

Diminuir os lucros

O que precisa ser esclarecido é que reajustes de salários são apenas a reposição posterior de parte da perda que o salário teve desde que foi reajustado pela última vez. É o salário que corre

atrás da inflação e não o contrário. Na verdade, ao reduzir o período durante o qual os salários são depreciados, não é a inflação que aumenta: o lucro dos capitalistas, realizado com o aumento geral dos preços, é que se reduz.

Por esta razão, o movimento sindical parece inclinado a fazer da trimestralidade o carro-chefe das lutas deste mês. "Não adianta quererem resolver o problema da dívida externa e da inflação às custas dos salários. Não é por aí que se vai resolver os problemas e a gente vai comprar esta briga", promete Eustáquio Vital, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Os sindicalistas, de maneira geral, manifestam consciência de que a defesa da trimestralidade será uma batalha política. Estará em jogo, mais uma vez, a orientação econômica a ser seguida pela Nova República. A prevalecerem os interesses até agora triunfantes, dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros, pouco ou nada mudará em relação aos governos anteriores.

O que se busca, portanto, é fortalecer as posições progressistas dentro do governo, e tornar realidades a declaração de intenções de "não pagar a dívida com a fome do povo". Para tanto, a unidade da classe operária é fundamental. Neste sentido, merece todo o empenho dos comunistas a idéia de um pacto intersindical pela defesa da trimestralidade.

assim parcialmente — pelas categorias com maior poder de fogo, situadas principalmente no pólo industrial do centro-sul.

Assim, com razão, Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários e também integrante da comissão de negociação da Conclat, afirma que "para esse diálogo acontecer na mesa de negociação é preciso que o governo respeite pelo menos estas bandeiras de luta". Na mesma linha, Raimundo Rosas, dos Padeiros de São Paulo, anuncia: "Vamos jogar as cartas na mesa e colocar para o governo o que o movimento sindical, o que os trabalhadores pretendem. Se o governo ceder, aí há condições de se conversar".

Conjuntura favorável

O momento político apresenta-se favorável a que a classe operária participe do chamado entendimento. Ao contrário do que afirmam alguns setores, não se trata de uma "manobra para frear o movimento sindical", nem de abrir mão da luta e da mobilização.

A possibilidade que se abre é de, ao aceitar a negociação, colocar na defensiva o patronato. Como explica um sindicalista, "cabe aos operários e ao conjunto dos assalariados tomar a iniciativa, uma vez que o governo fala em entendimento e os patrões até agora não têm se mostrado favoráveis ao entendimento. Muito pelo contrário, só têm se colocado contra o processo de organização dos trabalhadores".

A recente greve dos bancários deu um exemplo de como encurralar os patrões. Ao se disporem ao diálogo, os bancários galvanizaram a opinião pública e deixaram aos banqueiros — cujos lucros astro-

nômicos desmentem a alegada impossibilidade de pagar salários dignos — o papel de "vilões". Frente ao atual entendimento, pode-se, da mesma maneira, isolar o patronato, que aposta no impasse na medida em que se recusa a atender as reivindicações reconhecidamente justas do movimento sindical.

As vacilações do governo em relação à trimestralidade e à reposição salarial têm motivado, em certas áreas, manifestações de desprezo pelas negociações. Alega-se que seria "o mesmo tratamento" dado pelo regime militar, de arrocho e desrespeito pelas reivindicações dos trabalhadores. Esquece-se, porém, a luta surda-às vezes nem tanto — que travam no seio do Ministério as forças democráticas e os quistos conservadores. São estes, os mais vinculados aos interesses empresariais, os que fazem "corpo mole" e lavam as mãos em relação ao pacto. São precisamente estes os setores a serem derrotados com as mobilizações e as negociações — desde que bem combinadas.

Duas faces da moeda

Entendimento e luta são, portanto, duas faces da mesma moeda. São, ambos, instrumentos de que a classe operária deve lançar mão a fim de conquistar suas reivindicações. Os comunistas — ao mesmo tempo em que dão toda a força às campanhas salariais, empenhando-se para levar o proletariado à rua — defendem a ocupação do espaço político dos entendimentos com o governo e os patrões. Coordenando habilmente as ações por baixo e por cima, os trabalhadores aumentam suas chances de vitórias imediatas e acumulam forças para batalhas futuras.

Jogo sujo dos pelegos com metalúrgicos de Taubaté

Subornos, coação, violência. Tudo isso permeou a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Pindamonhangaba, no interior de São Paulo, em dois escrutínios (24, 25 e 26 de setembro, e 7 a 10 de outubro) que reconduziu o pelego Luiz Carlos Ferreira à presidência da entidade. Já se prevê o estreitamento dos laços do pelego com o patronato que lhe facilitou a eleição, em prejuízo da categoria que soma 24 mil trabalhadores, com pouco mais de 5 mil sindicalizados.

Apesar de derrotada, a Cha-

pa 2, de oposição, venceu na maioria das empresas da região, dando provas de que uma grande percentagem dos metalúrgicos está disposta a ir à luta pela liquidação do sindicalismo corrompido, que se apóia na legislação, ainda vigente, inspirada na "Carta del Lavoro" de Mussolini.

CORRUPÇÃO À SOLTA

A diferença da Chapa 1, da situação, para a Chapa 2, oposição, no primeiro escrutínio foi de mais ou menos 300 votos, e no segundo, de aproximadamente 600 votos. Rolou muito dinheiro na campanha, a começar pelos subornos que a Chapa situacionista ofereceu aos integrantes da Chapa 2. O caso do candidato a vice-presidente da Chapa 2, Ayres José Braga, foi escandaloso. Poucos dias antes da eleição, o presidente reeleito, Luiz Carlos, ofereceu 15 milhões de cruzeiros ao candidato da oposição, que aceitou e fez circular um panfleto atacando a Chapa 2 como sendo manipulada pelos comunistas, bem a gosto da pelejada corrompida. Por sinal, para tentar encobrir a falta de propostas políticas (Luiz Carlos Ferreira quase não fez campanha nas portas de fábricas) a Chapa 1 desencadeou uma campanha anticomunista na cidade pichando vários pontos com a inscrição "Chapa 2-PC do B".

Para se redimir do erro, o candidato a vice-presidente, logo após o primeiro panfleto, distribuiu um outro acusando o candidato a presidente da Chapa 1 de incompetente e irresponsável, e se desculpando perante a categoria, reintegrando-se à Chapa 2.

Entretanto, os milhões continuaram a rolar. Alguns metalúrgicos recebiam dinheiro por informações que prestavam das reuniões dos opositores. A idéia que se tem é que a Chapa 1 deve ter gasto perto de 100 milhões de cruzeiros, incluindo material e subornos.

APOIO PATRONAL

Além do dinheiro, e do anti-comunismo, a Chapa da situação se valeu da articulação com os RI (Relações Industriais) das empresas para garantir a reeleição. Na Volkswagen, por exemplo, onde a Chapa oposicionista tinha a grande maioria dos votos, as chefias dificultaram ao máximo a votação, não liberando as seções. Por causa disso, cem metalúrgicos ficaram sem votar. O curioso é que antes do pleito o RI da Volks remeteu aos funcionários uma carta induzindo-os a votar na Chapa 1.

Ao contrário, na Ford, onde os trabalhadores estavam decepcionados com o comportamento do colega e candidato a vice-presidente pela Chapa 2, Ayres Braga, devido ao envolvimento com a pelejada, a chefia liberou setores inteiros para votar, quase obrigando os operários. Nessa empresa o descalabro foi total, ao ponto de Ciro e Hélio Moroti, dois funcionários do RI, terem ido à apuração para torcer pela Chapa 1!

Em outra grande empresa, a Villares, como no primeiro escrutínio a Chapa 2 obteve 80% dos votos, para o segundo foi determinado que haveria uma urna fixa bem defronte ao RI, para que pudesse ser dificultada, com a intimidação, o exercício do voto na Chapa que os metalúrgicos entendiam como autêntica.

Não é preciso dizer que a Chapa 1 ganhou em três grandes empresas — a Ford, a Mecânica Pesada e a Alcoa — obtendo 7 mil votos. A Chapa 2, entretanto, ganhou nas demais empresas.

LEIS INFAMES

O pelego Luiz Carlos Ferreira e seu grupo tiveram a seu favor a legislação trabalhista nos moldes fascistas, que dá margem à manipulação. No que tange às eleições sindicais, a manipulação da lista de votantes é freqüente, e aconteceu no pleito em Taubaté. Houve ainda as indicações dos coordenadores das eleições, pelo integrante da Chapa 1, situação que favoreceu sobremaneira a corrupção.

A eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Pindamonhangaba tem ainda outra faceta: mostra a que patamar chegou a corrupção no sindicalismo, como os patrões manobram os pelegos, e como, através do suborno, conseguem "comprar" setores atrasados da classe operária, sem falar nos dólares das centrais sindicais da social-democracia internacional que servem aos mesmos fins.

Revela ainda que nem sempre uma chapa que tem a preferência da categoria sai vitoriosa, por estas razões.

A Oposição Metalúrgica de Taubaté, encabeçada pelo metalúrgico João Batista Rodrigues, vai renovar seu trabalho no sentido de forjar a consciência da categoria para mudanças na estrutura sindical, sem o que não haverá um sindicalismo independente dos patrões e do governo. Vai defender a proposta de um sindicalismo novo, unitário, classista, preparando a categoria para lutar melhor.

Cartas

A Classe Operária recebeu carta de um velho comunista de Olinda, Pernambuco, o camarda Francisco Machado que nela reproduziu o discurso que pronunciou na Convenção do PC do B em Recife, no dia 11 de agosto. A seguir, publicamos trechos da carta:

"(...) O movimento político da classe operária surge na década de 20, com a fundação do PC do B, a 25 de março de 1922, (...) daí perpetuando a sua presença física em toda e qualquer manifestação onde estivessem em jogo os interesses do Brasil e de seu povo."

"Participou ativamente da campanha pela anistia em 45. Veio a sua legalização e sua consequente participação na Assembleia Nacional Constituinte daquele ano, em que marcou época, consagrando-se a 4ª força política existente em nosso país. Mas as forças do atraso, não se conformando com a organização de nosso povo através de seu partido de vanguarda, procuraram enlamear a democracia, cancelando o registro do partido e cassando os mandatos de seus representantes."

"Mas os verdadeiros comunistas não se deram por vencidos na luta pela emancipação nacional. Tiveram atuação destacada na campanha do Petróleo é Nosso, bem como em toda e qualquer atividade em que estivessem em jogo

os interesses nacionais e de nosso povo."

"Em 64, quando do avanço da defesa da democracia e na sustentação das lutas sindicais, as forças retrógradas a serviço da reação golpearam o nosso povo. Durante 21 longos anos de fome, miséria e repressão, deixaram milhares de filhos, pais, irmãos, maridos e mulheres sem seus entes queridos, quando dos bárbaros seqüestros, torturas e assassinatos de seus parentes."

"Mas o povo não baixou a cabeça. Continua sua espinhosa, mas brava e heróica luta. As campanhas pela anistia e pelas diretas foram destaque e contaram com a participação ativa do PC do B, fazendo-se tremular nesta última a gloriosa bandeira vermelha da fome e do martelo."

"Está aí, embora parcialmente e de forma precária, sorrindo para nós a liberdade. Mas não é só isso que o nosso povo deseja. Enquanto existirem diferenças de classe, enquanto existir exploração do homem pelo homem, o PC do B se fará presente (...) Hoje, o povo do Recife, gozozado, participa desta maravilhosa festa, a Convenção do nosso Partido, pela qual formulará a coligação com o PSB e dará seu apoio integral ao sr. Jarbas Vasconcelos para prefeito do Recife".

Companheiro:
Seja você também um correspondente de A CLASSE OPERÁRIA. Envie para nossa redação cartas e artigos relatando a vida e a luta em sua fábrica, sua empresa, sua escola, seu bairro, seu local de trabalho. Leia, assinie e divulgue o jornal dos comunistas.

Política / Conjuntura

O cinquentenário da luta nacional libertadora de 1935

João Amazonas

Faz cinquenta anos a insurreição nacional-libertadora de novembro de 1935. É um acontecimento de importância histórica sempre presente na vida brasileira. Embora limitado aos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, expressou os sentimentos de largos contingentes da população. Cabos, sargentos e oficiais de graduação inferior foram os personagens principais do levante aliancista, vitorioso em Natal. Aí surgiu o primeiro poder popular revolucionário com a participação destacada dos comunistas.

Durante as últimas cinco décadas em que preponderaram regimes arbitrários, a reação procurou difundir mentiras e calúnias a respeito do movimento insurrecional. Em particular, as Forças Armadas invocam 35, falsamente, para pregar o anticomunismo sistemático e iludir a opinião pública.

Novembro de 35 é fruto de uma situação na qual se misturavam as frustrações da chamada revolução de 30 e o ascenso do nazi-fascismo que preparava aceleradamente a II Grande Guerra. Se é certo que a vitória de 1930, com Getúlio Vargas à frente, representou a liquidação da República Velha golpeando as oligarquias de Minas e São Paulo que se revezavam no poder, e promoveu algumas mudanças de caráter democrático, não resolveu os problemas fundamentais da nação. Adotou um sindicalismo paternalista que mais tarde evoluiu para o corporativismo fascista italiano.

O sistema institucional organizado no país tinha em vista, em boa parte, a perpetuação no governo do caudilho gaúcho. Em 1934/35, as greves eram reprimidas, o movi-

mento democrático cercado. Começava a se desenvolver o integralismo com o apoio aberto de setores oficiais, enquanto não se permitia a existência legal do Partido Comunista. O descontentamento crescia e o povo manifestava sua repulsa aos fascistas, buscava um novo caminho. Foi nesse ambiente que surgiu a Aliança Nacional Libertadora, em 1935.

Desde o primeiro momento a ANL, que lutava contra a espoliação imperialista e contra o fascismo, por um Governo Popular Revolucionário, contou com amplo e crescente apoio popular. Em poucos meses, a ANL expandiu-se por todo o país, realizando grandes comícios de massas. Os trabalhadores, em especial ingressavam maciçamente nessa organização. A ANL se fortalecia, e aumentava também a influência do Partido Comunista do Brasil, que formava o núcleo mais decidido do movimento aliancista. Então, arbitrariamente, violando a própria Constituição, Getúlio Vargas ordenou o fechamento da Aliança Nacional Libertadora e passou a perseguir seus integrantes.

Em consequência, a ANL, a par da luta de massas, orientou-se também para a possibilidade de um levante armado. Contava com a simpatia de marinheiros, soldados, cabos e sargentos e de alguns oficiais das Forças Armadas. A 23 de novembro eclodiu na capital riograndense do norte o levante dos cabos e sargentos, respaldado pelas forças populares. Esse levante surgiu descoordenado dos demais núcleos partidários da revolução. Dois dias após, tentou-se um levante geral em Recife e a 27 do mesmo mês repetia-se no

Rio de Janeiro a tentativa de sublevar unidades militares.

Tanto em Recife como no Rio a luta foi de um heroísmo a toda prova. As Forças Armadas já estavam de rigorosa prontidão. Na Praia Vermelha, onde se localizava o 3º Regimento, o quartel encontrava-se na manhã de 27 completamente cercado e os oficiais tidos como revolucionários estavam presos. Assim mesmo a tentativa foi realizada com êxito, mas nem sequer pôde sair à rua. A insurreição durou poucas horas. Em Recife como no Rio não houve tempo para ampla mobilização das massas desejosas de incorporar-se ao movimento revolucionário.

A ANL foi à luta para se opor aos desmandos do governo e para combater o fascismo que levantava a cabeça e pregava a adesão do Brasil aos planos macabros de Hitler. Foi à luta também para defender os interesses dos trabalhadores e do povo e livrar o país da espoliação estrangeira.

Derrotado o movimento, desencadeou-se feroz repressão aos comunistas, caçados por toda a parte, repressão que se estendia às forças mais democráticas. O governo de Getúlio aproveitou a ocasião para golpear os elementos progressistas que se achavam no Congresso Nacional ou em funções públicas, como Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro. Centenas de prisões foram efetuadas e os maus tratos aos presos políticos não tinham limites. Sobretudo os marinheiros foram alvo de violências brutais.

A reação conseguiu pôr a mão em revolucionários proletários estrangeiros que vieram ao Brasil ajudar nosso povo a lutar melhor pela sua emanci-

pação. Todos eles sofreram inomináveis tormentas. Harry Berger enlouqueceu na prisão; sua mulher e Olga Benário foram entregues por Vargas e Filinto Müller à Gestapo que se incumbiu de assassiná-las num campo de concentração; Barão foi morto pela polícia.

Pouco a pouco, o movimento democrático reagiu. Muitos presos tiveram que ser libertados. Iniciou-se a campanha pela sucessão presidencial que decorria normalmente. A disputa se verificava entre Armando Sales de Oliveira e José Américo, este contando com largo apoio popular. Pelas vias democráticas, chegava ao fim o governo de Vargas, odiado pelo povo.

Entrou então em cena a conspiração fascista, que resultou no golpe de 10 de novembro de 1937. Nesse golpe, fabricado pelo Exército que elaborou cinicamente o denominado Plano Cohen atribuindo aos comunistas intentos de terrorismo, juntavam-se dois propósitos: a ambição continuista de Vargas e o desejo dos majorais das Forças Armadas de fortalecer o fascismo no Brasil para aliar nosso país à Alemanha de Hitler.

Novembro de 1935 significou, assim, um grande momento na vida do nosso povo. Foi o prólogo de uma longa caminhada em prol da democracia e da libertação nacional. A análise histórica desse acontecimento, sem negar-lhe os méritos, reconhece que houve certa precipitação pequeno-burguesa no deflagramento da luta armada. Depois de fechada a ANL devia-se ter orientado o movimento fundamentalmente para a conquista das massas, para sua organização e conscientização, preparando desse modo as condi-



Makro-Dekati

ções favoráveis ao seu completo êxito.

Reacionários e analistas equivocados procuram atribuir ao movimento armado de 35 a implantação do Estado Novo e o continuísmo varguista. Não fosse esse movimento — dizem — e o país teria seguido outro rumo. É um raciocínio completamente falso. Primeiro porque o golpe de 37 não foi decorrência direta do levante da ANL, dois anos já se haviam passado. Segundo porque o Brasil vivia em fins de 37 um momento democrático relativamente pacífico. A causa mais imediata do ato de força governamental foi precisamente a proximidade das eleições presidenciais que afastariam em definitivo Vargas do poder e que fortaleceriam a democracia em nossa terra.

Ao comemorar o quinquagésimo aniversário da insurreição nacional-libertadora, o povo brasileiro rende homenagem aos revolucionários que tombaram defendendo a liberdade e um futuro de progresso para o Brasil, aos que sofreram brutais sevícias na prisão, aos grandes e inesquecíveis amigos do nosso povo, internacionalistas consequentes — Harry Berger, Olga Benário, Maria Berger, Alan Barón e outros. Destaca também o papel revolucionário desempenhado na gesta de 35 pelo glorioso Partido Comunista do Brasil, sempre atuante, ontem como hoje, nas primeiras linhas de combate pela libertação nacional, pela democracia, pelos direitos da classe operária e das massas populares objetivando a conquista do socialismo.

No Maranhão, PCdoB rompe com Sabóia e apóia Jaime Santana

A direção regional do Partido Comunista do Brasil — PCdoB — no Maranhão, decidiu em outubro, retirar o apoio dado à candidatura do deputado Haroldo Sabóia, pelo PMDB, à prefeitura de São Luís e emprestar esse apoio ao deputado Jaime Santana, do PFL. Os motivos do rompimento da aliança com o PMDB local e com a candidatura Haroldo Sabóia, estão explicados em nota oficial que a direção do PCdoB no Maranhão divulgou e que publicamos na íntegra. A decisão de apoiar a candidatura Jaime Santana à prefeitura de São Luís, foi homologada pelo Partido depois da divulgação desta nota oficial, mas tal fato também já foi amplamente divulgado em São Luís e em todo o Maranhão, estando agora o PCdoB com todo o seu efetivo voltado para a campanha no sentido de eleger aquele que representa as forças democráticas e o avanço político no Maranhão.

Nota oficial

Eis na íntegra a nota oficial do PCdoB explicando o rompimento com a candidatura Haroldo Sabóia:

“Em agosto passado, o PCdoB no Maranhão decidiu em Convenção Municipal dar seu apoio ao deputado Haroldo Sabóia, candidato do PMDB. Hoje, os comunistas retiram seu apoio. Quais foram os motivos que levaram os comunistas a tal decisão?

Ao apoiar Haroldo Sabóia, o PCdoB avaliava que sua candidatura poderia se transformar num pólo de aglutinação de todas as forças progressistas de São Luís — e foi exatamente por isso que o PCdoB não lançou candidato próprio — a fim de barrar a ofensiva do PDS malufista, das forças

da reação, representadas na candidatura da sra. Gardênia Gonçalves; entretanto tal não aconteceu. E por que não aconteceu?

Porque para tanto seria necessário que a candidatura de Haroldo Sabóia se livrasse do “esquerdismo infantil” — como diz o deputado Cid Carvalho, do próprio PMDB —, que se ampliasse no sentido político e no da incorporação de novos setores.

Os compromissos inicialmente feitos, a saber 1) defesa da Nova República e do trabalho de consolidação democrática; 2) oposição ao governo Estadual e municipal; e 3) campanha voltada para os interesses populares, foram rompidos unilateralmente por Haroldo Sabóia.

Sua candidatura se transformou definitivamente em oposição à toda a linha ao governo da Nova República. Hoje, Haroldo Sabóia disputa com Gardênia Gonçalves quem é mais opositorista, quem consegue mais sucesso nos ataques a José Sarney.

Haroldo Sabóia argumenta com o passado de Sarney, mas esquece-se que se o atual presidente não houvesse rompido com o PDS, jamais Tancredo Neves teria sido vitorioso. Esquece propositalmente as conquistas da Nova República, como a convocação da Constituinte para 86, as atuais eleições nas capitais, o voto do analfabeto, a legalização dos partidos clandestinos, o plano da Reforma Agrária, o endurecimento com o FMI, etc. São os compromissos de Tancredo que Sarney tem honrado.

Essas conquistas devem ser atribuídas sobretudo ao povo brasileiro, aos democratas e patriotas que aos milhares saíram às ruas nas inesquecíveis batalhas de 84. São vitórias também do PMDB que atualmente é o principal sustentáculo da Nova República já que tem a maioria dos ministérios, a liderança do Congresso e a presidência da Câmara Federal e do Congresso.

São vitórias ainda iniciais contra as quais se levanta uma

enorme reação, a direita organizada nacionalmente, as viúvas do regime militar que tentam a todo custo retomar seu lugar ao sol. Agora, nas prefeituras e brevemente na Constituinte.

Atacando a Nova República, o deputado Haroldo Sabóia estaria ajudando a fortalecer a democracia, estaria ajudando a mobilização e a organização do povo para conquistas maiores? O PCdoB acha que não. Na realidade, está dividindo o campo progressista, está se colocando contra a orientação nacional do PMDB e ajudando a direita. Consciente ou inconscientemente, pouco importa.

E não é de uma hora para outra que os comunistas rompem com Haroldo Sabóia. Junto com outros setores insatisfeitos com o rumo político e a organização da campanha, discutiram sucessivas vezes, com paciência, tentando removê-lo da estreiteza e do sectarismo. Foram vão todos esses esforços.

Não poderia, portanto, o PCdoB no Maranhão contrariar sua orientação nacional de união de todos os patriotas, democratas e do povo brasileiro na luta pela liberdade e pelo progresso. Ao romper com Haroldo Sabóia, os comunistas têm certeza de que estão se colocando ao lado dos interesses do povo de São Luís e espera que outros setores políticos que ainda se encontram na candidatura do PMDB façam o mesmo brevemente.

O PCdoB atualmente procede a um exame do quadro político, com cautela e criteriosamente como sempre, para posterior definição”.

* A definição já foi tomada e agora o PCdoB apóia a candidatura do deputado Jaime Santana, do PFL, à prefeitura de São Luís.

BOLETIM DA LIDERANÇA DO PC do B

Brasília, 16 de outubro de 1985

A Reforma Agrária está ameaçada

Bancada já tem seu informativo

A liderança da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados, em Brasília, iniciou a publicação de um boletim semanal sobre as atividades dos parlamentares comunistas no Congresso e noticiando ainda fatos relacionados com o trabalho legislati-

vo e tomando posição quanto a acontecimentos políticos, econômicos e sociais de relevância. Notícias e informações para o Boletim da Liderança do PCdoB, devem ser enviados aos cuidados do deputado Haroldo Lima, líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados, em Brasília.

“Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário” V.I. Lênin



Leia, estude e divulgue as publicações da Editora Anita Garibaldi

Agora com seu Espaço Cultural
Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1511
Bela Vista — SP
Livraria, exposição de livros, discos
e artesanato Tel: 251.2729

Venha expor sua produção cultural e artística

- O Manifesto Comunista — Marx e Engels — Cr\$ 9.100
- Salário, preço e lucro — Marx — 10.400
- Trabalho assalariado e capital — Marx — 9.200
- Do socialismo utópico ao socialismo científico — Engels — 14.500
- Questões de política — Stálin — 16.000
- Materialismo dialético e materialismo histórico — Stálin — 11.700
- Esquerdismo, doença infantil do comunismo — Lênin — 26.000
- História da riqueza do homem — Léó Hubermann — 53.000

- Problemas Econômicos do Socialismo na URSS — J. Stálin Cr\$ 20.000
- O revisionismo Chinês de Mão Tsetung — João Amazonas Cr\$ 10.000
- O Trotskismo, corrente política contra-revolucionária João Amazonas — Cr\$ 2.000
- Em Defesa dos Direitos da Mulher — Luiza Moraes — Cr\$ 8.000
- Itinerário de Lutas do PCdoB — Haroldo Lima — Cr\$ 5.000
- Discurso aos eleitores — Enver Hoxha — Cr\$ 3.000
- Albânia — 40 anos desbravando a história — Ramiz Alia e Enver Hoxha Cr\$ 12.000
- Albânia — Aspectos Generales — em espanhol — Cr\$ 15.000
- A História do Partido Bolchevique na URSS — Cr\$ 6.000
- O Brasil de Hoje do Ponto de Vista Popular — Cr\$ 5.000
- Reflexões sobre China — em espanhol — Enver Hoxha — Cr\$ 20.000 cada volume
- Pela Poesia do Povo — José Cassimiro da Silva — Cr\$ 10.000
- Relatório ao 8º Congresso do PTA — Enver Hoxha — Cr\$ 10.00

Na sua compra acima de Cr\$ 50.000 ganhe um livro grátis

Pedidos para Editora Anita Garibaldi Ltda
Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1511
Telefone: 251.2729 — CEP 01317
São Paulo — Capital
Cheque Nominal, vale postal ou Reembolso Postal para pedidos acima de Cr\$ 50.000

Veja como o FMI e a dívida externa estão influenciando na sua vida

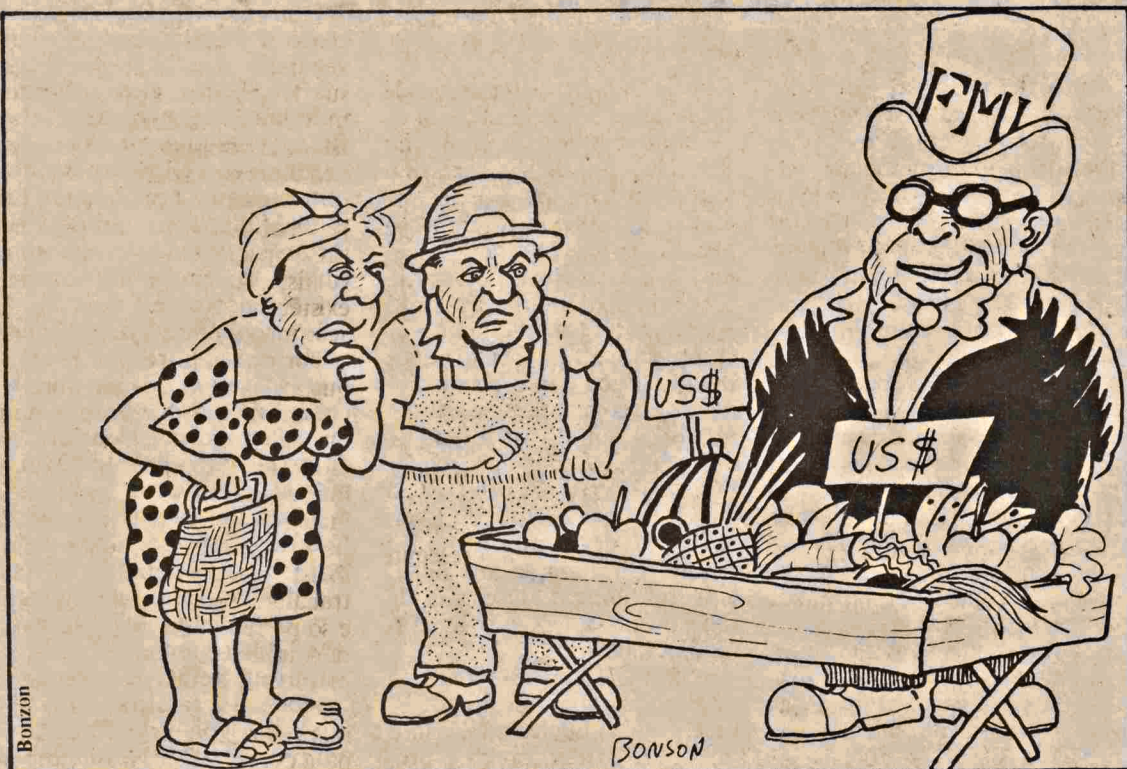
Desde que o FMI passou a administrar o pagamento da dívida externa do Brasil, uma série de mudanças aconteceram na economia do país. O governo Figueiredo, sob a batuta de Delfim Netto, adotou a política econômica receitada pelo Fundo... E o resultado é que quem paga a dívida que eles fizeram somos nós, os trabalhadores e o povo brasileiro. Veja só:

Salários: Nos últimos dois anos, os salários foram reajustados bastante a baixo da inflação. Não bastasse a ganância dos patrões e o rebaixamento artificial do INPC, o FMI ainda exigiu que os salários ficassem oficialmente abaixo do próprio INPC. Assim, o governo Figueiredo baixou nada menos que cinco decretos de arrocho salarial, ao longo de 1983, que estiveram em vigor até o início deste ano. Um exemplo de resultado: a categoria dos metalúrgicos de São Paulo, entre 1980 e 1984, teve sua massa salarial aumentada em 1650%, ao passo que a inflação no período foi de 2830%; uma perda de 1189%! O FMI quer que o Brasil pague sua dívida exportando mercadoria barata, por isso recomenda que sejam rebaixados os salários, como forma de

“reduzir custos de produção”. Essa é uma das maneiras pelas quais o trabalhador paga aos banqueiros.

Preço do pão: Cada vez que o pãozinho aumenta, uma fatia do salário do trabalhador está sendo abocanhada. Mais uma vez, quem está por trás do ataque é o FMI. Desde 1972, o governo subsidia o preço do trigo, que é em parte importado. Com esse mecanismo, era possível manter o preço da farinha, e conseqüentemente do pão, macarrão e massas, sob certo controle. Alegando a necessidade de “zerar o déficit público”, o FMI exigiu que o governo retirasse os subsídios ao trigo. Apesar das complicadas fórmulas econômicas apresentadas, mais uma vez foi o povo quem pagou o pato: em dois anos, entre janeiro de 1983 e fevereiro de 1985, o preço do pãozinho subiu 1.024%.

Tarifas de energia: Para construir as hidrelétricas de Itaipú e Tucuruí, os generais fizeram pesados empréstimos através de Eletrobrás, que é responsável, hoje, por uma parcela da dívida externa. Dentre as medidas impostas pelo FMI nos acordos com o Brasil figura também o aumento das tarifas dos serviços públicos. Assim, a energia elé-



trica subiu mais que a inflação e que os salários neste período, além de ter agora reajustes mensais das tarifas. Junto com a luz, disparam também telefones, água e outros serviços de que se beneficiam os trabalhadores. Mas ainda existe quem pague menos: os grandes monopólios estrangeiros

que exploram os minerais da serra dos Carajás, por exemplo, têm energia e outros serviços subsidiados. “Coincidentemente”, a produção de Carajás é destinada à exportação...

Oferta de alimentos: Nos últimos anos, a produção de ali-

mentos tradicionais do brasileiro, como feijão, milho e outros, vem cedendo terreno para a soja e a cana de açúcar. Neste processo em que as pequenas culturas voltadas para o abastecimento do mercado interno são desalojadas em favor dos grandes projetos agropecuários voltados para exportação,

a oferta de alimentos para os trabalhadores caiu vertiginosamente. O Brasil teve que importar feijão e carne várias vezes, o que encareceu estes produtos brutalmente. O governo Figueiredo chegou ao grotesco de fazer campanhas para o consumo de suco de laranja quando se sabia que o preço era artificialmente elevado a fim de gerar excedentes para exportação! O garrote do FMI, a exigir superávits no comércio exterior, acelerou o direcionamento da agricultura brasileira para o mercado externo, e fez da alimentação cada vez mais um privilégio de setores minoritários da população.

São apenas alguns exemplos de como a dívida externa passou a comandar a política econômica do país: ao invés do cachorro abanar o rabo, agora é o rabo que abana o cachorro. O “cumprimento dos compromissos externos” deixou de ser apenas uma preocupação de governo para penetrar no dia a dia de cada brasileiro. Na agonia das contas impossíveis de serem pagas; do salário que míngua antes que o mês termine; da geladeira que teima em ostentar prateleiras vazias; atravessado no caminho da solução de todos estes problemas está sempre o mesmo inimigo, o FMI.

Conclat vai mesmo ser outra central sindical

A Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras) realizará em março de 1986 seu Congresso. Nele, um dos pontos centrais a serem discutidos é a transformação da atual Coordenação em Central Sindical. Esta resolução marca uma definição mais clara do movimento intersindical brasileiro, com a cristalização da divisão organizativa esboçada desde 1983. “Eu tenho quase que certeza absoluta de que esse Congresso decide realmente uma nova central”. Essas palavras, de Rogério Magri, membro da direção nacional da Conclat, apontam para o desfecho de uma questão levantada em 1983, com a fundação da CUT. Depois de dois anos de tentativas para superar a divisão, a Conclat passa também a se organizar como central sindical.

Daniel Gomes, do Sindicato dos Têxteis da Bahia, analisa: “Eu acho que a divisão é uma realidade, a CUT está estruturada. A Conclat buscou e tem buscado por

todas as formas a reunificação do movimento. Nesse momento, é necessário a organização da Conclat, que é ampla, que é aberta, que tem uma visão mais clara dos problemas conjunturais”.

O fato é que nestes dois anos a Conclat, com erros e acertos, se configurou como uma articulação intersindical de caráter unitário. Apesar da presença de sindicalistas atrasados e mesmo de setores que podem ser classificados como pelegos — abriu sempre espaço para os dirigentes mais avançados. A recente Plenária Nacional, em outubro, dá mostras neste sentido: de um lado, pela participação de 614 delegados, representantes de 322 sindicatos urbanos e rurais, Federação e Confederações de trabalhadores; de outro, pela adoção de resoluções combativas, como a suspensão do pagamento de dívida externa pelo menos dez anos.

Alvaro Gomes, do Sindicato dos Bancários da Bahia, entende que a central sindical a ser forma-

da a partir da Conclat “tem um papel fundamental. As entidades que estão organizadas dentro da Conclat são altamente representativas e ela terá, sem dúvida alguma, uma força considerável e uma participação decisiva no cenário político”.

As portas para a unificação não estão totalmente fechadas. Como afirma Oswaldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroportuários de São Paulo e da Conclat estadual, “o bom senso, as bases clamam pela unidade. Por que nós não estaremos juntos votando com eles pela unidade das centrais?” De acordo com Sérgio Barroso, dos médicos de Alagoas e da direção nacional da Conclat, o que impediu a reunificação foi “a posição da CUT, de defender o plurissindicalismo”. Agora, segundo Sérgio, “o movimento operário exige direção, exige coordenação a nível nacional das lutas. Para cumprir esta tarefa e preencher este espaço, virá em março a nova central sindical”.



Recuo na reforma agrária exige maior mobilização

O decreto disposto sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado a 10 de outubro pelo presidente da República, não é o que a nação esperava. Ele significa um recuo evidente em relação ao anteprojeto inicialmente proposto. O plano anunciado abranda os instrumentos que implementariam algumas alterações na estrutura fundiária do País, ficando muito aquém das aspirações dos movimentos camponês e popular, numa clara demonstração de que as pressões dos latifundiários ganharam peso.

Apesar disso, se considerarmos a gravidade da crise que assola o campo brasileiro, com suas áreas de extrema tensão e conflitos violentos, e ainda se levarmos em conta o conjunto dos interesses que se movimenta quando a questão do campo é levantada, concluiremos que mesmo para a aplicação do

plano proposto pelo governo haverá muita luta.

TRÊS PONTOS

Logo de início vamos constatar a diminuição da importância do instrumento da desapropriação, anteriormente citado com destaque razoável. O texto diz que será evitada a desapropriação dos imóveis — leia-se “dos latifúndios” — seja por dimensão, seja por exploração, que “mantém níveis satisfatórios de produtividade” mesmo quando o imóvel “seja mantido inexplorado ou seja deficiente ou inadequadamente explorado”.

Um segundo ponto diz respeito à competência para execução do plano, desta vez delegada à Presidência da República, quando no anterior os planos regionais seriam elaborados pelas próprias delegacias regionais do Incra. Essa centralização tem por objetivo

embaraçar as desapropriações que vierem a ser propostas.

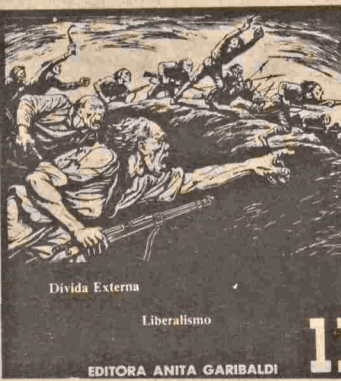
Há também outro dispositivo que torna complexa a aplicação da reforma agrária, vez que a avaliação passa a ter como referencial os preços de mercado e não o valor constante nas declarações cadastrais feitas pelos latifundiários junto ao Incra.

INTERESSE

Caberá, daqui para frente, aos setores populares e democráticos, assim como aos movimentos camponês e sindical rural, combater a dura crítica às concessões feitas aos latifundiários com a mobilização concreta por uma reforma agrária que contemple os interesses do campesinato, e que sirva de esteio ao desenvolvimento econômico e atenda as necessidades do povo e da nação.

Princípios

Revista teórica, política e de informação - Agosto 85 - Cr\$ 0,90.000



Leia e Assine
Princípios

Apenas Cr\$ 35.000

Recorte e envie este
cupom para o endereço abaixo

Nome _____
Profissão _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____ FONE: _____
Data _____/_____/_____

Quero receber uma assinatura da PRINCÍPIOS, com direito a 4 números. Para isso envio cheque nominal / vale postal em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1511, CEP 01317

São Paulo - SP.

Internacional

Comunista chileno visita o Brasil

Visitou o Brasil em outubro, o camarada Francisco Gonzales, primeiro secretário do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária). Além de conversar e trocar impressões com os comunistas brasileiros, Gonzales deu uma entrevista exclusiva a A Classe Operária, onde fala da atuação do Partido irmão chileno e das lutas do povo contra a ditadura de Pinochet.

A Classe Operária — Pinochet tem respondido aos protestos das massas com crescente repressão e chega a afirmar que se manterá no poder até 1989 ou mais. O regime militar tem força para isto?

Resposta: Antes de mais nada, quero agradecer a oportunidade que A CLASSE OPERÁRIA dá ao Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) de divulgar alguns aspectos da luta antifascista da classe operária e do povo chileno. Ao mesmo tempo quero saudar o processo de democratização em que está empenhada a classe operária, o povo brasileiro e vosso Partido.

A afirmação de Pinochet de que se manterá no poder até 1989 e inclusive, continuar mais adiante, através de sua "reeleição" segundo a Constituição fascista de 1980, é uma manifestação de intenções, mas tem certa base, como é o apoio do setor mais reacionário da burguesia e do imperialismo ianque, a força das armas e dos aparatos repressivos, que por nenhum motivo podem ser menosprezados.

Hoje a luta popular no Chile, pelo fim da ditadura fascista, alcançou grande envergadura, tornou-se massiva, se enquadra dentro da linha de derrocada do fascismo no poder. Isto ficou muito claro nas últimas jornadas de protesto dos dias 4, 5 e 6 de setembro de 1985. Aqui cabe destacar, que embora alguns setores de "oposição" e o próprio chefe da Igreja Católica Chilena, tenham conclamado o povo a não protestar, este não escutou seus apelos, saiu majoritariamente às ruas empregando métodos e formas revolucio-

nárias de autodefesa e luta contra os militares e forças policiais que tratavam de impedir a manifestação da luta antifascista.

As cifras oficiais (as cifras reais de feridos e detidos é muito maior) falaram de 10 mortos e centenas de feridos e detidos. Mas, não obstante o caráter massivo alcançado pela luta antifascista, esta se vê malograda pela divisão que se meia no povo a luta entre a oposição burguesa (Aliança Democrática) e a revisionista (Movimento Democrático Popular). A divisão é um fator muito importante em que a ditadura se apoia.

A Classe Operária — Quais são as orientações do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) para a luta popular e democrática no Chile? Como alcançar a unidade do povo chileno contra o regime?

Resposta — A orientação do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) para impulsionar a luta popular pela democracia se traduz em sua linha de "unidade e luta decidida do povo para derrocar a ditadura". Esta linha significa desenvolver os máximos esforços para obter a unidade dos diferentes setores democráticos, progressistas e revolucionários em torno da tarefa central do momento, que é o derrocamento de Pinochet e seu regime fascista. É assim que o Partido tem participado, apoiado e promovido iniciativas para unir na ação as amplas massas populares. Isto é o principal. Mas, como no seio das massas existem Partidos, Movimentos e outras organizações políticas e populares, nossos esforços também se di-

rigem a eles, de modo a impulsionar juntos aquelas lutas que correspondem ao sentimento das massas e à realidade política em que se vive.

A unidade do povo só será possível na medida em que os interesses mais sentidos do povo (liberdade, democracia, justiça social e autêntica independência nacional) sejam colocados acima dos interesses mesquinhos e sectários de grupo, na medida em que a luta popular tempere esta unidade, destruindo todos aqueles que a ela se opõem.

A Classe Operária — Que resposta o Partido tem encontrado a suas orientações entre as massas?

Resposta — Sobre isso, deve-se observar a crescente influência e desenvolvimento que alcançamos. Não se pode esquecer que nosso Partido existe apenas desde 8 de novembro de 1979 e que passou todo um período (em plena ditadura fascista) de consolidação e de organização em face da luta popular e da luta antifascista, mas também de organização e consolidação interna.

Hoje o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) se encontra em pleno período de inserção nas massas, e nesse particular, temos obtido êxitos e experiências que nos permitem melhorar permanentemente nosso trabalho de massas. Além do mais temos avançado no trabalho com os aliados, enfrentando coordenadamente com outras organizações políticas algumas tarefas e ações de massas. Devemos ter presente que não obstante todos os esforços unitários que nosso Partido realizava nos 3 primeiros anos de existência, articulou-se em torno dele um cerco de setores de direita, de centro e de esquerda. Hoje esse cerco começa a romper-se e não por decisão daqueles que o sustentam, mas pelo próprio desenvolvimento e influência que conseguiu nosso jovem mas combativo Partido.

Vida do Partido

Precisamos crescer e aumentar influência no campo

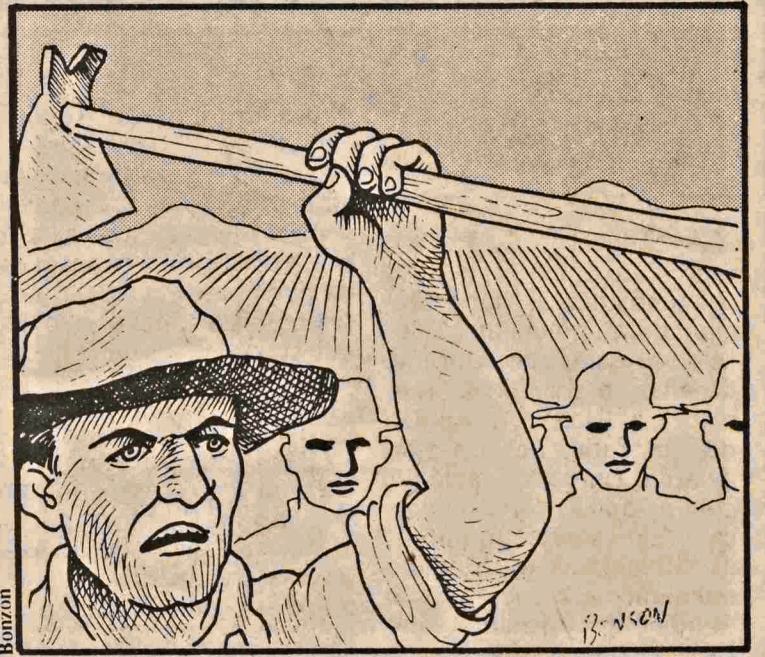
Arthur de Paula
do Diretório Regional da Bahia.

O nosso Partido vem crescendo e tende a crescer cada vez mais com a conquista de sua legalidade. Mas, existem municípios onde o crescimento não corresponde às possibilidades e necessidades. Há lugares onde o PCdoB está organizado mas as massas proletárias, operários e assalariados rurais, desconhecem a sua existência e seu programa, seus materiais de propaganda. Por que isto acontece? Será que as massas se preservam de contatos com os comunistas? Ou será que os comunistas se esquecem do dever político e ideológico de organizar essas massas? Ou ainda, será uma postura sectária de querer submeter centenas, milhares de trabalhadores ao "vestibular" e só permitir ingressar no Partido aqueles "formados" em marxismo-leninismo?

Para os comunistas, o PCdoB existe e existirá sempre para cumprir sua missão histórica de libertar a classe operária, os camponeses, libertar o povo e o País, contribuindo assim para a efetiva libertação da humanidade. E para cumprir sua missão, os quadros e militantes do Partido precisam assumir sem meias palavras e sem meias práticas a construção da unidade inquebrantável entre o Partido Comunista do Brasil e o povo, para fortalecer a liberdade, a democracia, a independência nacional e rumar para o socialismo.

Cada quadro, cada militante é chamado a trabalhar de maneira incansável, de forma planejada e não espontaneísta, casual, na construção e organização do PCdoB entre as massas, forjando um partido de milhões, capaz de interferir e atuar no curso dos acontecimentos, dando rumo certo às lutas.

O artigo publicado em A Classe Operária de outubro de 85 assinala "o Partido Comunista do Brasil está convencido de que chegou a época da revolução proletária no Brasil e em todo o mundo". E para levarmos a revolução proletária à vitória é indispensável a construção em nosso País, de sólida aliança entre operários e camponeses. Por outro lado, não há como construir esta aliança se não trouxermos para o PCdoB grandes contin-



gentes de operários, assalariados rurais, posseiros, pequenos proprietários, que são diariamente espoliados, perseguidos e massacrados pelo capitalismo e pelo latifúndio. O PCdoB tem larga tradição de organização e luta no campo. Podemos destacar Trombas, Formoso, Porecatu, Terra Vermelha e Araguaia, entre muitos outros.

Organizar a luta
Para os marxistas-leninistas, a organização serve à política, portanto, organizaremos para melhor lutar. E é com esse objetivo que devemos dar destacada importância ao trabalho entre os camponeses, especialmente entre assalariados e posseiros.

É preciso que em cada município, na direção do Partido, tenha um camarada responsável por pensar, organizar, estudar e acompanhar dia a dia o trabalho do PCdoB no campo. Que tenha informação, controle o calendário de eventos, que se reúna com os organismos nas roças, fazendas, periferias e vilarejos onde habitam os assalariados. Que os ajude a compreender os materiais e a política do Partido. Que preste assessoria na elaboração de boletins e jornais, que os ensine a recrutar para fazer o Partido crescer, que organize o estudo da realidade local e aprofunde o estudo da questão agrária nacional e local.

Tudo isto é necessário e indispensável para formar os quadros e ativistas campones-

tes, para que possam intervir nas reuniões de massa, nas assembleias sindicais, nos encontros, congressos e estejam capacitados a dirigir os sindicatos.

O trabalho do PCdoB no campo não pode ser casual, espontâneo, precisa e deve ser um profícuo trabalho planejado, organizado e dirigido com a importância e prioridade que tem para um Partido marxista-leninista como o nosso. Portanto, devemos fazer a campanha de filiação do PCdoB nas fazendas, nas áreas de posseiros, nos locais onde se concentram os assalariados permanentes e temporários, entre os pequenos proprietários.

Para que os camaradas camponeses possam se tornar militantes ativos, líderes de massas conseqüentes, dirigentes partidários, portanto jogar o papel político de vanguarda, tanto nas entidades de classe como nos municípios, é necessário uma vida política orgânica regular. Que saibam relacionar as lutas locais, parciais, com as lutas gerais e os objetivos estratégicos do Partido. Cabe às direções municipais e regionais, investir planejadamente na formação desses camaradas, do ponto de vista político e ideológico. Somente com contingentes expressivos de militantes camponeses comunistas, é que o PCdoB poderá concretizar uma sólida aliança operário-camponesa que permita o avanço das lutas e o triunfo do socialismo no Brasil.

"Bandeira Vermelha" analisa eleições em Portugal

Trechos do editorial do órgão central do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal, sobre o resultado das últimas eleições legislativas e o crescimento da votação da União Democrática e Popular — UDP, apoiada pelo PC(R).

"Com um aumento de 66% de sua votação nacional a UDP obteve uma grande vitória nas eleições legislativas de 6 de outubro. Esta vitória é ainda mais importante na medida em que é a única força à esquerda do PS que viu substancialmente aumentada a sua votação. Esta vitória, esta subida de votação da UDP é ainda mais importante se se tiver em conta todo o cerco que foi feito à UDP durante os últimos dois anos. Mesmo o fato de Mário Tomé não ter sido eleito para o parlamento aconteceu apenas pela insignificante margem de 238 votos, o que corresponde a apenas mais 1,2 votos por freguesia.

Estes fatos provam que os objetivos apontados pela direção nacional da UDP e defendidos pelo nosso Partido foram perfeitamente justos. Tal foi o impacto e a força da campanha eleitoral da UDP

que a burguesia, nomeadamente o PS, viu-se obrigado, a contra a própria lei, no último dia das eleições, e no próprio sábado em que é proibida a propaganda eleitoral, mandar publicar anúncios em todos os jornais caluniando a UDP.

Segunda vitória do povo português nestas eleições é o fato de a direita não ter conseguido ganhar. Não ganhou, pois o PSD somado com o CDS não têm maioria parlamentar para impor a seu bel prazer a política que quiserem. Não ganhou também pois a subida do PSD foi feita à custa da descida do CDS, o que prova que os trabalhadores portugueses não foram na cantiga de sereia de Cavaco e Silva, recusando a maioria à direita. Do fato de a direita ter ficado em minoria no Parlamento há que concluir que a situação política no nosso país permanecerá instável.

Outros fatos ressaltaram nestas eleições. O primeiro é o de o PS ter pago a fatura da miséria e da fome que lançou sobre a classe operária e o povo português. O PS teve a sua menor votação de sempre, desde as primeiras eleições de 1975. Dos pretendidos 43% o PS baixou para 20%. O segundo fato foi a grande derrota política da APU que com a política de lambe-botas ao general Eanes viu o PRD roubar-lhe seis deputados e viu a sua votação baixar em mais de 120.000 votos. O Dr. Álvaro Cunhal bem disse que o PRD era bom para roubar votos ao PSD e ao PS. Mas o fato que Cunhal hoje esconde é que o PRD roubou votos ao PS e ao PCP. O PRD como partido da ambigüidade vai na prática levar a cabo as propostas que defendeu: retirar terras à Reforma Agrária, aplicar a lei das rendas de casa e apoiar o pacote laboral. Quando tal fizer, os trabalhadores verão que o PRD nada tem de novo, pois tudo isto é defendido pelo PSD e pelo PS".

O partido, forma superior de organização de classe

J.V. Stálin

De grande valor educativo e atualidade, este texto de Stálin, extraído do livro FUNDAMENTOS DO LENINISMO define com clareza e precisão o papel do Partido em sua relação com as demais organizações populares e proletárias.

O Partido é o destacamento organizado da classe operária. Mas não é a única organização da classe operária. O proletariado conta com toda uma série de outras organizações, sem as quais não poderia travar uma luta eficaz contra o capital: sindicatos, cooperativas, organizações de fábricas e oficinas, frações parlamentares, organizações femininas sem partido, imprensa, organizações culturais, organizações da juventude, organizações revolucionárias de combate (durante as ações abertas revolucionárias), soviets de deputados como forma estatal de organização (exatamente onde o proletariado se encontra no poder) etc. A imensa maioria destas organizações permanece à margem do Partido e só uma parte delas se encontra diretamente vinculada a este ou se apresenta como suas ramificações. Em determinadas condições, todas estas organizações são absolutamente necessárias para a classe operária, dado que sem elas não seria possível consolidar as posições de classe do proletariado nos diversos terrenos de luta, nem seria possível chamá-lo como força destinada a substituir a ordem burguesa pela ordem socialista. Mas como levar a cabo a direção única, existindo tal abundância de organizações? Qual é a garantia de que esta multiplicidade de organizações não provoque desencontros na direção? Dir-se-á que cada uma destas organizações atua dentro de sua

própria órbita, razão pela qual não podem atrapalhar-se umas às outras. E isto é naturalmente exato. Mas também o é quando estas organizações são obrigadas a empregar a sua atividade numa mesma direção, dado que servem uma única classe, a classe dos proletários. E cabe perguntar: quem traça a linha e a orientação geral que deve servir de guia para o trabalho de todas estas organizações? Onde está a organização central que seja não apenas capaz, por possuir a necessária experiência, de traçar essa linha geral, mas se revele dotada da possibilidade, por possuir a autoridade necessária para isso, de conduzir todas estas organizações para a prática dessa linha, com o objetivo de conseguir a unidade na direção e excluir toda a possibilidade de desarmonia?

Esta organização é o Partido do proletariado.

O Partido possui todas as condições necessárias para isto: primeiro, porque o Partido é lugar em que se concentram os melhores elementos da classe operária, que mantêm vínculos diretos com as organizações sem partido do proletariado e que com frequência as dirigem; segundo, porque o Partido, como ponto onde se concentram os melhores elementos da classe operária, é a melhor escola de formação dos chefes da classe operária, capazes de dirigir todas as formas de organização de sua classe; terceiro, porque o Partido, como a melhor escola para a for-

mação dos chefes da classe operária, é, pela sua experiência e autoridade, a única organização capaz de centralizar a direção da luta do proletariado, convertendo assim todas e cada uma das organizações sem partido da classe operária em órgãos auxiliares e em correntes de transmissão que ligam o Partido à classe. O Partido é a forma superior de organização da classe do proletariado.

Isto não quer dizer, naturalmente, que as organizações sem partido, os sindicatos, as cooperativas etc., devam estar formalmente subordinados à direção do Partido. Trata-se simplesmente de que os membros do Partido que integram estas organizações devem adotar, como elementos indubitavelmente influentes, todos os meios de persuasão para conseguir que as organizações sem partido estabeleçam no seu modo de atuar um contato estreito com o Partido e aceitem voluntariamente a sua direção política.

Eis por que Lênin diz que o Partido é "a forma superior da união de classe dos proletários", cuja direção política deve tornar-se extensiva a todas as restantes formas de organização do proletariado.

Eis por que a teoria oportunista da "independência" e da "neutralidade" das organizações sem partido, que alimenta os parlamentares independentes e os publicistas desligados do Partido, funcionários sindicais de estreita mentalidade e cooperativistas aburguesados, é completamente incompatível com a teoria e a prática do leninismo.

Concurso A Leitura é indispensável

PARTICIPE E GANHE!
VALIOSO MATERIAL PARA SEU ESTUDO

Para concorrer a centenas de livros e assinaturas de A Classe Operária, inteiramente grátis, basta enviar a interpretação pessoal do 7º Capítulo do livro de Stálin "Problemas Econômicos do Socialismo na URSS", datilografado ou em letra de forma, em 40 linhas de 70 toques cada.

O endereço para envio é o seguinte:
Editora Anita Garibaldi
Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1511 - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01317 - Tel. 251-2729

Para receber seu prêmio ainda em novembro, envie o material até o dia 20 deste mês. As cartas que chegarem após essa data concorrerem no mês de dezembro. Todas as cartas serão numeradas por ordem de chegada e sorteadas na penúltima quarta-feira de cada mês, pela Loteria Federal. Boa Sorte!

No interior, vencer as dificuldades e construir rapidamente o Partido

Luiz Carlos Orro
do Diretório Regional de Goiás

A legalização do PCdoB representa uma conquista de fundamental importância para a luta emancipadora do proletariado. Durante décadas, o Partido Comunista do Brasil foi privado da liberdade, da condição de atuar em pé de igualdade com as outras forças políticas. A perseguição policial, as dificuldades do trabalho estritamente clandestino, o estigma de "ilegal", tudo isso em muito dificultou o nosso trabalho entre as massas.

A legalidade traz uma nova situação, que amplia enormemente as nossas possibilidades de atuação. Mas é preciso romper definitivamente com métodos e formas de trabalho usados anteriormente e que hoje constituem entraves ao avanço do Partido. Na atual situação, não cabem mais posturas defensistas que escondam o Partido das massas e impeçam o seu crescimento.

Nas cidades do interior, as dificuldades para a organização legal do Partido são maiores, é verdade. Ainda há pouca discussão política,

pouca informação (muita gente sequer sabe que o PCdoB já é legal) e não há ainda um clima de convivência democrática, sendo que a ofensiva de propaganda para vencer as idéias anticomunistas ainda não se deu com a intensidade que o momento exige.

Mas também nem tudo são dificuldades, como exemplifica o caso do crescimento do Partido em Rio Verde, cidade-pólo do sudoeste goiano. Rio Verde tem cerca de 120 mil habitantes e o Partido já faz parte de sua história, desde os tempos da legalidade de 1945.

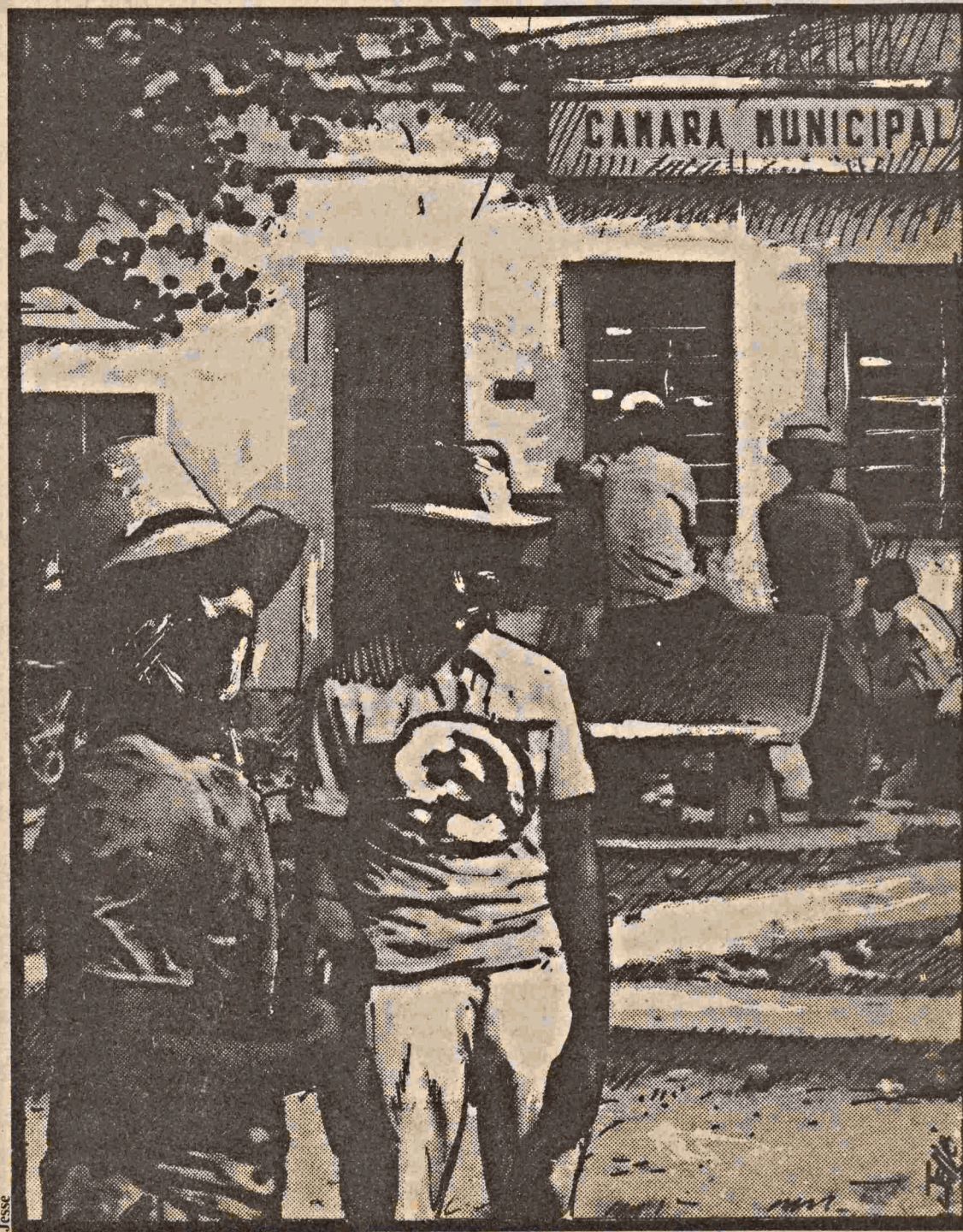
Em Rio Verde o Partido reapareceu legalmente em agosto passado, com o lançamento da Comissão Municipal em ato público realizado na Câmara Municipal, com a presença de dezenas de pessoas. Dentre os presentes estavam lá vereadores, secretários municipais, lideranças sindicais e populares. A fundação do Diretório Municipal do PCdoB foi noticiada no jornal da região, com uma entrevista com o presidente do Partido, obtendo enorme repercussão.

Após dois meses da fundação do Diretório Muni-

pal, os camaradas de Rio Verde estão ainda mais otimistas, pois afirmam que ocorreu uma grande transformação na atuação do Partido, e alcançamos grandes êxitos na campanha de filiação.

Com o crescimento do Partido na cidade, a relação com as outras forças políticas, com o poder municipal e com os vereadores melhorou sensivelmente. Tanto o presidente do Partido, como os demais camaradas da cidade, não mais são vistos com discriminação, são agora tratados com o maior respeito, como dirigentes de um partido político que luta pelos interesses do povo.

Wellington Melo, o popular "Elinho", como é conhecido em Rio Verde, afirma: "depois que me tornei presidente do PCdoB aqui na cidade, fatos interessantes passaram a acontecer. As pessoas têm me procurado em casa para tirar um filho da cadeia, para levar um parente a um hospital, para certificar-se de que os direitos de um trabalhador acidentado haviam sido pagos corretamente, etc. Pudemos notar que não só os vereadores e o poder executivo municipal mudaram o comportamento comigo, mas também meus amigos, vizinhos, os operários, bóias-frias, passaram a me tratar como uma autoridade na cidade, na qual eles podiam confiar".



Centenas de pessoas na inauguração da sede em Anápolis.

Sede e crescimento em Anápolis

O Partido Comunista do Brasil inaugurou recentemente sua sede municipal em Anápolis, uma das maiores cidades do interior goiano, com a presença de centenas de pessoas e personalidade políticas, como vereadores, o candidato a vice-prefeito, secretário municipais e líderes sindicais e populares. Representando a direção regional do PCdoB em Goiás, estiveram presentes o vereador Euler Ivo e o jornalista Luiz Carlos Orro.

Em Anápolis, o PCdoB também está participando ativamente da atual campanha eleitoral, pois a cidade, incluída antes entre os municípios considerados área de segurança nacional, escolhe em 15 de novembro o seu prefeito. Em convenção municipal o PCdoB

decidiu apoiar as candidaturas de deputado Adhemar Santillo para prefeito e João Cunha para vice.

Juntamente com a campanha eleitoral, o PCdoB está desenvolvendo em Anápolis, uma ampla de filiação que está encontrando uma excelente receptividade, tendo ingressado no Partido dezenas de novos membros. Em Vila Jaiera, maior bairro da cidade, com cerca de 30 mil habitantes, um senhor entrou no Partido logo que abordado na campanha e cedeu uma sala comercial anexa à sua residência para ser a sede distrital do Partido. Até o final da campanha, os dirigentes municipais do PCdoB em Anápolis esperam filiar centenas de novos militantes.


É de se notar que o fato de camaradas terem assumido a condição legal de comunistas, não os "queimou", nem os isolou, pelo contrário, colocou a ação do Partido em um nível mais elevado. A questão chave agora é aplicar a nossa política de forma ampla, sem sectarismo, num esforço para construir um ambiente em que diversas forças políticas possam conviver democraticamente. Acabar de vez com a visão de que "apenas nós somos os bons".

Com fatos como esses e outros que estão ocorrendo por todo Goiás e no Brasil, podemos concluir que o Partido legalizado, com diretório, presidente, sede,

tem muito mais possibilidades de aumentar sua influência se compararmos com o período anterior, de clandestinidade. Isso mostra também que a liberdade é necessária para construirmos um Partido com mi-


lhões de membros, capaz de dirigir a grande luta da classe operária, dos trabalhadores, por um Brasil independente, democrático, progressista, por um Brasil socialista. É urgente, pois,

que legalizemos de fato nosso Partido em todos os locais, vencendo as dificuldades que possam existir e as incompreensões, fundando diretórios, abrindo sedes e participando de maneira ampla da vida política local.



**OUÇAM RÁDIO TIRANA,
A VOZ DA
REPÚBLICA POPULAR
SOCIALISTA DA ALBÂNIA**

Programação diária para o Brasil: 7 horas da manhã em ondas curtas de 25 e 31 metros. Às 20 e 22 horas em ondas curtas de 31 e 42 metros. Emissões de uma hora de duração.



O trabalho é duro mas se constrói o PC do B

Três Fronteiras é uma pequena cidade com 8 mil habitantes no extremo oeste de São Paulo, próxima a Santa Fé do Sul e à divisa com o Mato Grosso do Sul. Lá, há três meses, o operário aposentado Geraldo Moreira de Souza começou a construir o PC do B. No início de outubro, ele esteve na capital para registrar a Comissão Municipal Provisória e contou sua experiência à **Classe Operária**.

"A primeira coisa que fiz foi procurar a classe operária, o bóia-fria, que são os que sofrem a exploração", relata Geraldo. Ele filiou-se ao Partido em Campinas e entrou em contato com o Diretório Regional para organizar o PC do B na sua cidade. Hoje, o Partido está estruturado em Três Fronteiras, sendo a maioria de seus militantes formada por bóias-frias. A região de Três Fronteiras é predominantemente

agrícola e as principais culturas são feijão, milho e arroz. Há também muitas fazendas de gado. Proliferam os bóias-frias, diaristas, explorados violentamente pelos latifundiários e também pelo comércio, principalmente no preço da alimentação. São os representantes destas classes que monopolizam a política local, da qual os trabalhadores estão até agora marginalizados.

Geraldo conta que vai distribuir o programa nas casas dos trabalhadores, quando então conversa com cada um sobre os problemas que o povo enfrenta. "A gente conversa sobre as necessidades, os problemas diários das pessoas. E procura defender aquele povo".

Com a entrada em cena do Partido, os lavradores de Três Fronteiras começaram a ouvir falar na reforma agrária. Os assalariados agrícolas

da cidade nunca fizeram greve, "mas com a organização do PC do B a gente já começou a discutir como é que vai se defender e se organizar para a próxima safra, em janeiro", relata Geraldo.

Dados estes primeiros passos, com o registro da Comissão Provisória, o PC do B vai começar a ir para as ruas em Três Fronteiras, segundo nos contou Geraldo de Souza. "A gente planeja montar uma banca para os materiais do Partido, para a **Classe** e a **Tribuna Operária**. Já estamos procurando uma sede e vamos preparar uma festa para a inauguração". Os comunistas de Três Fronteiras começam a se reunir e já têm traçado o rumo para continuar crescendo. "A maioria da população de nossa cidade é analfabeta. Mas nós vamos ajudar este povo a participar da vida política da cidade", finaliza Geraldo de Souza.

Agressão
Como um batismo de fogo, ainda no começo de outubro, durante um rodeio na cidade, vários militantes do PC do B foram ameaçados, e, covardemente, dez homens, entre os quais o filho do prefeito, agrediram o companheiro Geraldo Moreira. O argumento utilizado não poderia ser mais reacionário: o Partido Comunista do Brasil não deveria existir na cidade... Diante disso, com a mobilização dos setores democráticos, a situação foi resolvida a favor dos comunistas. Outro fato pesou também: o do registro de várias comissões, entre as quais a de Três Fronteiras.

Um partido de bóias-frias, proletários, assustou a burguesia da cidade, e esse primeiro episódio serviu para reforçar a convicção de que a luta pela construção da vanguarda da classe operária será dura.

Vida do Partido



Milhares de novos membros entram no PC do B em S. Paulo

Adelina Bracco

A meta agora é organizar os filiados

A Jornada de Filiação de São Paulo foi uma ação política e organizativa de enorme significação. Mostrou as imensas possibilidades para o crescimento do Partido, levou a legenda proletária ao conhecimento de milhares de pessoas, ampliou nossas ligações com as massas, desmascarou, na prática, o anticomunismo como tendência reacionária e obtusa. E, o que é mais importante: milhares de novos aderentes se filiaram ao Partido, encontraram a organização de combate e de vanguarda da classe operária e do povo brasileiro, e a incorporando-se.

Ações como esta constituem o primeiro passo, indispensável, para fortalecer o PCdoB e fazer dele o grande e poderoso Partido de massas capaz de galvanizar a classe operária e o povo na luta pela democracia, a independência e o socialismo.

Mas, é preciso ir mais além na construção partidária, compreendendo que filiações devem ser feitas sempre, todo dia, toda hora, em todo ambiente de luta, atividade permanente na vida partidária,

dever de todo militante. Igualmente, devemos entender que não basta filiar, preencher a ficha. Os Distritais e os Comandos de filiação devem ter como preocupação básica, logo após a filiação, a organização dos novos aderentes.

Isto significa a estruturação de grandes células ou organizações de base. Para isto devemos ser criativos, lançar mão de novas formas e métodos, consoante à fase de legalidade que estamos atravessando e em sintonia com o clima de liberdade que o país vive.

Reunir e passar tarefas

Logo após a filiação, os novos membros do Partido devem ser convocados para uma reunião em local por eles habitualmente frequentado. Na atual fase em que grandes contingentes das massas despertam para a atividade política e descobrem o Partido, qualquer postura burocrática, artificial ou afetada pode redundar em isolamento e, conseqüentemente, travança o processo de crescimento do Partido.

A reunião de instalação da organização de base deve ter uma ordem do dia simples: a discussão e execução das tarefas ao nível do grau de compreensão, capacitação e organização dos novos filiados. Nesse particular é de suma importância possibilitar que os próprios novos camaradas manifestem suas opiniões e condições de atuação. Dessa maneira eles se sentirão naturalmente integrados ao Partido.

Eleger a direção

Para assegurar a continuidade do funcionamento da nova organização de base, deve-se eleger uma direção ou secretariado, formado e partir das próprias pessoas do local. Esse secretariado deverá coordenar a atividade da organização de base. Uma de suas preocupações mais imediatas deve ser a montagem da infra-estrutura, a começar da sede.

Com organizações de base numerosas e que funcionem regularmente, o PCdoB terá poderosos bastiões que possibilitarão uma profunda ligação com as massas e a organização do povo para a luta.

As jornadas de filiação na capital de São Paulo, que tiveram início no último fim-de-semana de setembro, além de alguns milhares de novos membros, estão trazendo para o Partido a constatação de que há grande vontade dos trabalhadores, donas-de-casa, jovens, de aderirem à luta política na organização que defende firmemente seus interesses e tem uma proposta para o futuro: o socialismo. Até mesmo o "fantasma" do anticomunismo, quando muito se resume à falta de informação quanto aos objetivos do PC do B.

São várias as formas de abordagem utilizadas nos bairros, nas portas de fábricas, nas escolas etc. No primeiro fim-de-semana, o resultado foi 1.600 filiados só na capital, já que no interior do Estado a campanha começou em alguns municípios, como Campinas, onde uma só camarada, Dona Memorina, doméstica, conseguiu 104 filiações no Jardim Shangai.

Em São Paulo, a mobilização do Partido deu-se sobretudo na periferia. No Itaim Paulista, um bairro da Zona Leste onde a luta por moradia sempre foi intensa, o Partido fez mais de 300 filiações. Em outros dois bairros operários Ermelino Matarazzo, e Vila Prudente foram filiadas centenas de pessoas.

Em bairros proletários com trabalho mais antigo, como no Parque Figueira Grande, na Zona Sul, a jornada de filiação consolidou a atuação do Partido e aumentou o número de seus membros. (Vide matéria abaixo).

Porém, o surpreendente é que, mesmo em região onde o Partido desenvolve um trabalho recente, a filiação foi muito proveitosa. Foi o caso de bairros da Zona Norte, como Santana, Vila Maria e Vila Sabrina.

Para a filiação no Ipiranga, área também de trabalho novo, utilizou-se o seguinte método: pela manhã, um grupo de companheiros distribuiu propaganda do Partido na porta

de uma fábrica, e, à tarde, foi montada uma barraquinha de filiação. O resultado foi 20 filiados provenientes daquela fábrica.

BALANÇO
"Filiar para lutar", foi esse o entendimento da maioria dos novos integrantes do Partido, e nesse sentido já se pode analisar alguns pontos comuns. O primeiro a destacar é que não há resistência ao Partido na grande maioria dos casos e, mais ainda, que a massa proletária se filia ao PC do B sem restrições.

Ao mesmo tempo, ficou mais do que provado que os trabalhadores em geral estão fazendo política, participando do que lhes interessa, e que essa nova situação exige um esforço redobrado no sentido de dar instrumentos para a luta de suas lutas.

Por último, percebe-se que a filiação de porta em porta é a que tem dado resultado interessantes: dependendo do dia, a maior parte é constituída por mulheres, como no sábado quando 75% dos filiados eram mulheres. Esse quadro dá bem a idéia de como o avanço da participação das mulheres tem sido palpável, se compararmos com a situação de anos atrás.

Segundo Dona Memorina, filiar o pessoal do seu bairro não foi tarefa difícil. "Apresentei o Partido, falei sobre as conquistas conseguidas com a

FAMILIARIDADE

orientação do PC do B e de seus militantes, depois perguntava se a pessoa era de luta como o PC do B e se não queria se filiar para lutar junto", relatou ela.

Ousada e exemplar reunião de uma organização de base

Há algumas semanas, foi realizado no bairro de Itararé, dos mais populosos de Teresina, Piauí, uma das mais exemplares reuniões de Organização de Base do PCdoB na região. Exemplar pelo comparecimento de praticamente todos os militantes do Partido no bairro, exemplar pela ousadia como foi convocada e dirigida e, principalmente, como ela foi acompanhada pelo povo do bairro, através de um serviço de som que transmitiu toda a reunião.

Aproveitando a presença na cidade do membro do Diretório Nacional do Partido, Ronald de Freitas, a direção municipal decidiu convocar uma reunião da Organização de Base no bairro Itararé, ampliada com a presença de outros militantes da cidade e de moradores da região. Para a convocação, foram impressos centenas de convites e distribuídos de casa em casa e nos ônibus que servem o bairro, concludando o povo a participar da discus-

são sobre a posição dos comunistas nas eleições municipais de novembro, a dívida externa e outras questões.

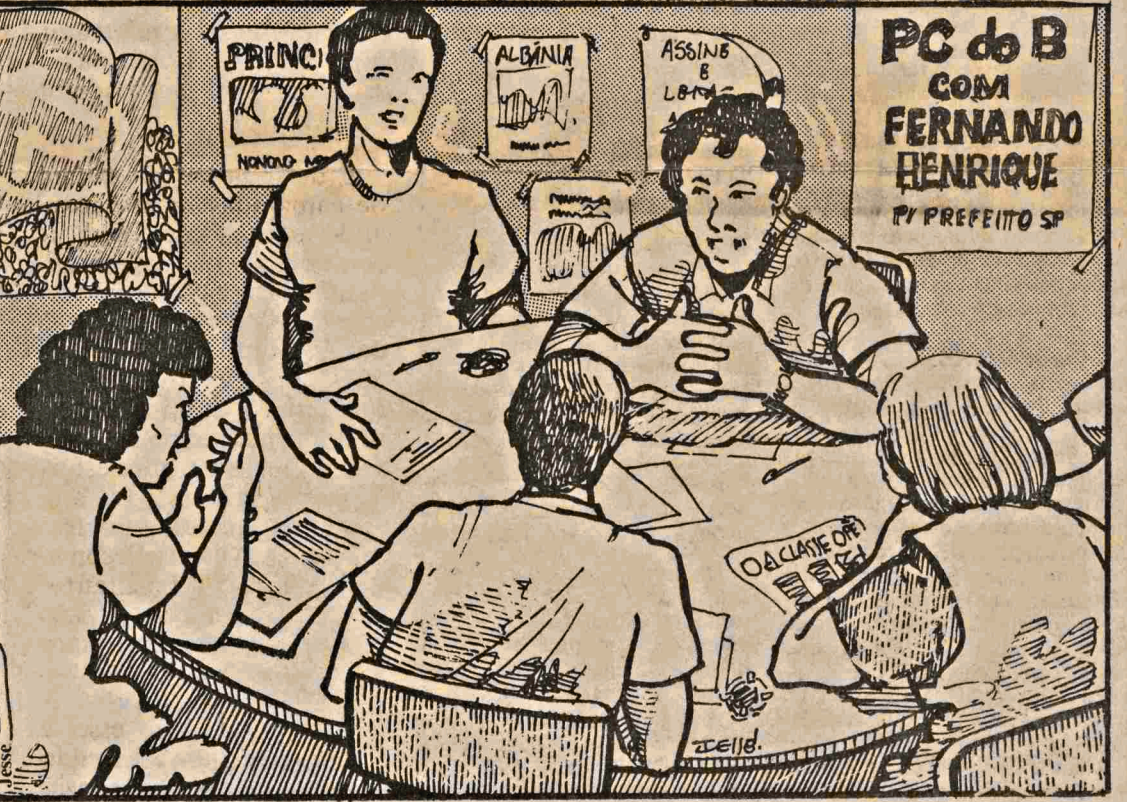
No dia do debate, foi instalado um sistema de som que transmitiu todas as discussões para as casas próximas ao local. Além das mais de 70 pessoas que compareceram à reunião, centenas de moradores puderam acompanhar tudo em suas casas, através dos aparelhos de som. A participação dos comunistas do bairro e dos moradores na reunião foi grande, tendo havido muitas perguntas e um debate aceso, onde prevaleceu a preocupação com a organização e a participação popular visando a conquista das mudanças reclamadas por toda a nação.

Campanha anticomunista

A reunião da Organização de Base do PCdoB em Itararé, coroou uma série de atividades que visaram pôr fim a uma campanha anticomunista orquestrada por uma vereadora

do PFL que deseja transformar o bairro em seu feudo eleitoral e que não se conforma com o crescimento do PCdoB no bairro e nem com a simpatia das massas pelo Partido. Essa vereadora chegou ao ponto de mandar crianças distribuir panfletos apócrifos contra os comunistas no bairro e fazer comícios contra a presença dos camaradas na região.

Sua campanha, acabou por fazer com que todo o povo do Itararé, conhecendo os comunistas e tendo por eles carinho e respeito, pois conhece seu trabalho em prol dos interesses do povo, ficasse ao lado dos comunistas e não fizesse coro à campanha da vereadora reacionária. Ajudados pelo povo, os comunistas e o PMDB fizeram depois um grande comício no bairro, em apoio ao candidato democrático à prefeitura de Teresina, que foi um grande sucesso, acabando de vez com a campanha anticomunista da vereadora peefelista.



O povo vai entrando com alegria e vigor

Dois violões, pedacinhos de bolo, bolinhos, sanduíches, vinho e café. Mais ou menos 50 pessoas da Favela da Cotinha, na Zona Leste de São Paulo, se reuniram no dia 28 de setembro, na sede do Movimento Comunitário, para discutir sobre o PC do B, suas lutas e objetivos. No mesmo dia, foram feitas 29 filiações, e o pessoal terminou a reunião sambando e cantando.

Quase todo mundo na região é operário ou autônomo, e as mulheres trabalham como faxineiras. São cerca de 350 barracos, mais de mil pessoas residindo nessa área da Ponte Rasa, no bairro de Ermelino Matarazzo. O PC do B tem ali um trabalho antigo, participando de todas as lutas, e, com a legalidade, sempre convidou o povo para todas as reuniões e eventos.

FAZENDO POLÍTICA

"Pra ser comunista, é preciso gostar do povo e querer trabalhar pelo povo", explicou, ao final da reunião, a companheira que coordenou o trabalho no dia, ao mesmo tempo em que perguntava: "quem

quer se filiar ou quem acha que já é comunista?"

Foi uma cena animada, gente de todas as idades, levantando a mão para se filiar. "Eu gosto do Partido", disse uma senhora idosa, 75 anos, ajudante de cozinha. "Estou nele - continuei - para trabalhar com organização".

Uma outra, de 32 anos, doméstica, mãe de 4 filhos, já tinha feito um balanço do trabalho do PC do B, achou interessante e se filiou. Está participando ativamente da campanha eleitoral e quer continuar na luta.

Com a mulher ao lado e os 4 filhos, um dos participantes ficou até surpresa quando foi indagado sobre sua filiação no Partido. "Tem que participar! Ficar em casa é bobagem, a gente não vê nada, não dá! Tem que ir pra rua!". A mulher endossou, em seguida, as palavras do marido: "tem que fazer política pra ver se as coisas mudam e chegam onde queremos, não é?"

Alguém lembrou como era difícil esclarecer o povo antes, sem ter liberdade. Filiada há 2 meses, uma das mulheres re-

cordou que durante o regime militar "nós andávamos muito presas. Com a liberdade, podemos falar. É importante estar no PC do B porque estamos trabalhando por nós mesmas."

ORIENTAÇÃO

A organização de base do Jardim Cotinha pertence ao Diretório Distrital da Ponte Rasa. É uma área com tradição de luta e as mais célebres foram as da água e da luz, "verdadeiras batalhas", dizem os moradores. Zé da Ponte Rasa, liderança local, explicou que as lutas ali dão resultado porque "nosso trabalho é independente. Se não conseguimos de um jeito, tentamos até conseguir de outro, sempre convocando assembleias e reuniões".

Para ele, o momento atual está favorecendo a discussão política e não há motivos para não participar, especialmente quando se trata dos jovens. "Os jovens têm que ingressar na luta do povo, tomar orientações, procurar os movimentos populares, de luta nos bairros, do Partido. Só assim eles vão poder saber o que fazer no momento e no amanhã".

Receba em casa



A CLASSE OPERÁRIA

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNIVOS

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Fazendo Já sua assinatura

Sim ou quero receber A Classe Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, no valor de Cr\$ 12.000 - Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1511 - Fone: 251-2729 - CEP 01317

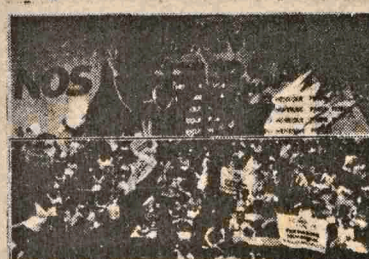
Nome
Endereço
Bairro
Cidade
CEP
Estado
Profissão
Data

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

COMEÇU A BATALHA ELEITORAL.

Os comunistas lutam e votam para consolidar a democracia



União sempre venceu. Não hesite em apoiar a luta dos comunistas.

Ex-deputado operário, Henrique Santiago está há 54 anos lutando pelo PC do B

Henrique Felipe Santiago, é um dos mais antigos militantes do Partido Comunista do Brasil em atividade. Foi deputado estadual pela legenda do PCdoB no período da legalidade em 1946, esteve sempre à frente das lutas do povo do Pará desde a década de 30 e nunca deixou arriar a bandeira do Partido onde quer que estivesse, mesmo quando na prisão. Resistiu ao surto revisionista e sempre esteve ao lado dos marxistas-leninistas do Pará e do Brasil. Hoje, integrado à atividade do Partido no Pará, vem dando importante contribuição à luta pela legalidade, à campanha eleitoral e ao processo de crescimento e organização do PCdoB no Pará. Abaixo entrevista exclusiva que ele concedeu ao órgão central do Partido Comunista do Brasil, *A Classe Operária*.

A Classe Operária - Como se deu seu conhecimento com o PC do B?

Henrique Santiago - Em 1931, eu era empregado da Pará-Elétric, encarregado do setor de transportes urbanos, quando em agosto, exatamente no dia 15, foi instalada a sede do Partido e sua direção, embora o Partido não fosse legal. Composto a direção estavam entre outros: Fábio Castro, Antônio Costa (ambos da Pará-Elétric), Calixto de Moraes Acássio e Joaquim Neves (marceneiros) e Lafit Barret Brasil (gráfico).

Os dois camaradas do Partido que eram meus colegas de trabalho, me convidaram e a outros companheiros, para uma reunião onde fomos esclarecidos da importância e necessidade do Partido. Resolvemos então, entrar para o Partido. Isto foi em setembro de 1931. Na época, a Pará-Elétric tinha mais de 3 mil funcionários e era a maior empresa do Pará. Como ingressaram no Partido muitos companheiros de trabalho, formamos imediatamente uma Organização de Base, dando vida à organização política do Partido na empresa.

A nossa primeira tarefa foi formar uma fração sindical para atuar no Sindicato, visto que todos nós éramos sindicalizados. E como essa era uma empresa importante, era ela que comandava todas as lutas que ocorreram na época, como a luta pelo aumento salarial, a luta contra a censura, enfim, todas as reivindicações do povo trabalhador de Belém.

A Classe Operária - Como foi o desenvolvimento da Aliança Nacional Libertadora no Pará?

Henrique Santiago - A Aliança Nacional Libertadora era uma frente de massas e contava com elementos de todos os segmentos da sociedade e de representantes de vários setores profissionais. Foi designado pelo Partido para presidir uma comissão organizadora da ANL. Iniciamos o trabalho mas não tivemos muito tempo, pois assim que foi instalada a ANL - com grande receptividade da população - o governo Vargas colocou a Aliança na ilegalidade. Ocorreram então muitas prisões, particularmente dos comunistas, entre eles: eu próprio, João Amazonas, Pedro Pomar, Djalma Hartery e Estevão de Jesus Filho (que teve uma atitude traidora, entregando os comunistas à repressão). Foram presos também vários aliancistas civis como José Florencio, Zig, Guilherme de La Roque e também militares como Alcindo (cabo do Exército), sargento Pretestato Eutrópio de Souza e o cabo Egidio Eutrópio de Souza.

Os presos políticos viviam em constante luta com a direção do

presídio e a principal luta travada por nós consistia na exigência de melhores condições carcerárias e uma melhor alimentação. O movimento culminou quando resolvemos realizar uma greve de fome, que durou de 4 a 5 dias, chamando a atenção da imprensa local, que registrou uma agitação que fizemos dentro da cadeia, portando até bandeiras vermelhas. Alguns presos, como Guilherme de La Roque, José Florencio, Zig, Esteves de Jesus Filho e os militares Edison Eutrópio, Alcindo Cavalcante e Pretestato não aderiram à greve e em consequência, disse o diretor da cadeia os separou para a enfermaria do presídio.

Nós que fizemos greve, continuamos localizados na capela do presídio, sendo: João Amazonas, Pedro Pomar, Djalma Hartery, João Benjamin, José Nascimento, Benedito Costa, Benedito Serra, Teodoro Serra, Alexandre Gomes, um camarada conhecido como Mineiro, Raimundo de Lima e Silva e eu. A greve foi vitoriosa - o chefe de polícia, Salvador Borborema, liberou verba para o diretor da cadeia com a finalidade de melhorar nossa alimentação. Continuamos na capela até a libertação, que se deu em 14 de junho de 1937.

Depois desse fato ficamos três meses em liberdade, quando em novembro, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso, decretou o segundo Estado de Guerra. Novamente foram efetuadas muitas prisões em Belém, assim como em todo o Brasil, de antigos aliancistas e comunistas, muitos dos quais já citei e ainda, Paulo Cabral, Dalcídio Jurandir, Ritacínio Pereira e os estrangeiros (três alemães, dois poloneses e um italiano - Antônio Pomputch, Baruchi Ludovico, Hugo e Guido Wolff).

A Classe Operária - Conte um pouco das atividades do Partido na época?

Henrique Santiago - O Partido funcionava nas suas organizações de Base e todos os organismos atendiam a sua frente de trabalho, destacando cinco secretarias principais: Política, de Organização, de Agitação e Propaganda, Sindical e de Massas, que respondiam dentro das suas especialidades por todo o trabalho, aglutinando o povo. O Partido, mesmo na ilegalidade, sempre promovia palestras para se tornar conhecido das massas. Essas palestras, contavam com a presença de grande contingente de populares.

Em 1939, participei junto com outros camaradas de um curso político, realizado no Rio de Janeiro, em plena clandestinidade. Em 1940, o governo de Vargas investe contra os comunistas e o Comitê Central. As direções regionais caem nas mãos da polícia. Foram efetuadas várias prisões. Entre os



detidos no Pará estavam: Agostinho Dias Oliveira, e o camarada conhecido como Marujo. Nesta primeira oportunidade, pudemos escapar Pedroso, Pomar e eu, que nos reunimos e decidimos entre outras coisas a minha ida para o interior de Capanema, para fugir ao cerco da polícia. Consegui ficar lá de agosto até novembro, quando fui reconhecido por um PM e transferido preso para Belém, onde já encontrei meus camaradas prisioneiros, Pedro Pomar, João Amazonas, Raimundo Serrão e outros.

Novas lutas empreendemos por melhores carcerárias e contra a nossa própria prisão. Até o chefe de polícia, Salvador Borborema, em 1º de dezembro de 1940, nos transferiu para o Posto Policial de Umarizal. Fomos eu, Pedro Pomar, João Amazonas, Marujo, Agostinho Oliveira e Raimundo Serrão, considerados os mais perigosos.

Mesmo presos, diariamente nos reuníamos e discutíamos as questões políticas. Preocupávamos em encontrar uma forma de sair da prisão, pois sabíamos das prisões dos órgãos centrais e regionais. Nosso Partido estava desarticulado. Sentíamos a necessidade de nos libertar para ajudar na organização do Partido. Planejamos e preparamos nossa fuga diversas vezes, inclusive já com as passagens nas mãos para sairmos de Belém. Chegamos até a perder as passagens, porque a primeira tentativa de fuga falhou. Até que no dia 25 de agosto de 1941 conseguimos fugir.

Um navio que saiu para o Tocantins levou Pedro Pomar e João Amazonas Pedroso, em outro que partia para o Baixo Amazonas viajamos eu, Agostinho e Serrão. Pedro Pomar e João Amazonas, soube depois, desembarcaram em Manaus e viajaram em difíceis condições até o Rio de Janeiro. Agostinho ficou em Monte Alegre, Serrão e eu desembarcamos no município do Faro, num lugar chamado Largo do Maracanã, onde apanhamos um navio que nos levou até Itacoatiara, cidade do Estado do Amazonas e daí rumamos para Manaus.

A Classe Operária - Quais foram as atividades desenvolvidas em Manaus?

Henrique Santiago - Ao chegar nesta capital, procuramos nos ligar à produção com a finalidade não só de nos sustentar, mas também de nos ligar às massas trabalhadoras. Tinha muito cuidado com o Serrão, pois era um rapaz muito jovem e inexperiente. Mesmo assim ele se empregou numa serraria e eu na Fábrica de Sabão Amazonas. O Serrão logo saiu da serraria e se empregou numa fábrica de beneficiamento de borraça. Em pouco tempo organizamos e implantamos o órgão dirigente do Partido, que além de nós dois, era integrado também por dois novos camaradas, Raimundo Carneiro e Cid Cabral. Devido a liberalismos cometidos por Serrão, fomos presos em Manaus.

A Classe Operária - Camarada Santiago, nós comunistas lutamos a vida toda e não nos encostamos.

O próprio Amazonas repete isso e mesmo quando a repressão nos tira a liberdade individual, nós continuamos lutando. Exemplo disso você deu nas diversas vezes que foi preso. Conte mais essa experiência.

Henrique Santiago - Chegando em Belém fui levado à presença do comissário de Ordem Política e Social e por este, encaminhado ao gabinete do chefe de polícia para o primeiro interrogatório. O chefe de polícia queria saber onde se encontravam os outros companheiros que comigo haviam fugido da prisão em Belém. Respondi-lhe desconhecer o paradeiro deles, apenas sabendo de Raimundo Serrão, que havia sido preso em Manaus. Diante desta resposta, o comissário ameaçou-me mandar para uma prisão celular na Penitenciária, onde apodreceria enquanto não dissesse onde estavam os demais companheiros fugitivos. Nesta mesma noite fui recolhido à cela nº 25 da Penitenciária local, em rigorosa incomunicabilidade. Como na cela não havia cama nem colchão, forcei um local com minha própria roupa e aí dormia sem nenhum conforto. No dia seguinte, depois de servida a refeição matinal, comecei a exigir da direção do presídio, uma cama ou outra coisa onde pudesse me deitar.

No dia 7 de abril o comissário mandou me buscar na penitenciária para dizer-me que iria viajar para Belém e que, daquele momento em diante cessaria minha incomunicabilidade, podendo receber visitas e que ele próprio iria até a casa da minha namorada avisá-la e a seus familiares de que eu já poderia receber visitas.

No dia 10, fui escoltado por um guarda civil para o navio Afonso Pena, viajando para Belém, onde, já condenado pelo Tribunal de Segurança, fiquei preso em vários lugares até que, doente, fui operado de apendicite e logo depois fui solto, quando terminou minha condenação, em 1943. Em março de 1944, ingressei no Serviço de Navegação da Amazônia como praticante de escrita e em maio de 45 pedi demissão para me dedicar apenas às tarefas do Partido, na qualidade de secretário político.

A Classe Operária - Como se deu, na década de 40, a legalização do Partido?

Henrique Santiago - Com a anistia conquistada em abril de 1945, todos os presos políticos foram postos em liberdade. Fui convocado pela direção central do Partido para ir ao Rio de Janeiro a fim de participar do ato público pela legalização do Partido. Ao chegar ao Rio de Janeiro, no dia 5 de maio, confraternizei-me com os camaradas do Partido e particularmente com Pomar, Amazonas e Agostinho, que eram do Pará. A legalização do Partido deu-se no dia 23 de maio em ato público no Estádio do Vasco da Gama, que estava lotado com mais de 80 mil pessoas.

Regressei então a Belém, já designado pela direção central do Partido secretário político do Comitê Regional do Pará. Antes de completar um mês da minha chegada, já tínhamos casa alugada para instalação da sede e programamos um ato público para referendar no Estado do Pará, a legalidade do Partido. Para essa cerimônia, realizada no Teatro da Paz completamente lotado, veio do Rio de Janeiro o camarada João Amazonas. Nessa época, julho de

45, tínhamos apenas 57 membros na região e com o trabalho realizado na legalidade, chegamos rapidamente a dois mil militantes.

No dia 23 de maio de 1946 o Partido iria comemorar o seu primeiro ano de vida legal com festas e comícios em praças públicas, quando o governo Dutra mandou proibir toda e qualquer manifestação do Partido nacionalmente.

No segundo semestre de 46, após a promulgação da nossa Carta Magna, começamos a campanha eleitoral para o pleito de janeiro de 1947. O meu nome figurou na chapa do Partido como candidato a deputado estadual. Fui eleito em primeiro lugar, Guilherme de La Roque em segundo, Ritacínio Pereira em terceiro e Diogo Costa em quarto. Para reforçar a nossa campanha vieram do Rio de Janeiro a camarada Guimarinha Pereira, esposa do Dalcídio Jurandir e o camarada Ivan Ribeiro, este para percorrer o interior do Estado.

Nesse período, a direção regional do Partido adquiriu material tipográfico e editou o jornal "Tribuna do Pará". Era um jornal de massas, com uma tiragem de 2 a 3 mil exemplares e circulação em Belém e alguns municípios do Estado, sustentado não só pelo seu preço de capa, mas através de diversas promoções para angariar fundos.

Após a cassação do registro eleitoral do Partido, todos os deputados eleitos pela sua legenda tiveram seus mandatos cancelados. O Partido passou à clandestinidade, só voltando à vida legal após o advento da Nova República.

A Classe Operária - O Partido, após a cassação dos mandatos, não tentou retornar à Assembleia Legislativa usando legenda de outros partidos?

Henrique Santiago - Em 1950, o nosso Partido elegeu na legenda do PTB o companheiro bancário Antônio Hamilton Imbiriba da Rocha deputado estadual. Esse deputado colocou-se à frente da luta orientada pelo Partido contra o aumento das passagens de ônibus. O povo, indignado com o aumento, incendiou vários desses veículos. A seguir houve uma série de outras campanhas encabeçadas pelo nosso Partido, dentre elas, com destaque, e de coleta de assinaturas contra o envio de dois mil marinheiros da Marinha do Brasil para serem incorporados à Marinha dos Estados Unidos, na Guerra da Coreia.

A Classe Operária - Que outras campanhas foram desenvolvidas em Belém?

Henrique Santiago - Participamos intensamente da campanha do "Petróleo é Nosso". No desenrolar da campanha, em 1953, num comício no bairro do Reduto, houve confusão com a ação de um provocador, sargento da Aeronáutica e no fim acabou em tumulto e várias prisões de companheiros nossos. Convém salientar que apesar desses problemas, a campanha continuou com a realização de muitos atos públicos e comícios. A vitória dessa campanha culminou nacionalmente com a assinatura da lei nº 2004, que assegurou o monopólio estatal do petróleo, objetivo fundamental da campanha do "Petróleo é Nosso". Quero dizer ainda, que as perseguições ao nosso Partido continuaram durante todo o período da ditadura militar.

Operário, trabalhador, entre para seu partido

Procure uma de nossas sedes:

- ALAGOAS**
Rua Joaquim Távora, 340 — Centro
Maceió — Fone: 221.4634 — CEP 57000
- AMAZONAS**
Rua Henrique Martins, 100 — Centro
Manaus — Fone: 223.5530 — CEP 64000
- BAHIA**
Rua Conselheiro Junqueira Aires, 41 — Barris
Salvador — Fone: 241.6420 — CEP 40000
- CEARÁ**
Rua São Paulo, 1350 — Centro
Fortaleza — CEP 60.000
- DISTRITO FEDERAL**
Edifício Venâncio II — SDS — Loja 50
Brasília — CEP 70.302
- ESPÍRITO SANTO**
Rua General Osório, 127 — 7º and. sala 711
Vitória — CEP 29.000
- GOIÁS**
Rua 3, nº 380 — Casa 6 — Centro
Goiania — Fone: 223.5571 — CEP 74.000

- MARANHÃO**
Rua Oswaldo Cruz, 921
São Luiz — Fone: 221.5777 — CEP 65.000
- MATO GROSSO**
Rua Comandante Costa, 548 — Centro
Cuiabá — Fone: 321.5095 — CEP 78.000
- MINAS GERAIS**
Rua Padre Belchior, 285
Belo Horizonte — Fone: 224.7605 — CEP 30.000
- PARÁ**
Rua Manoel Barata, 993
Belém — CEP 66.000
- PARANÁ**
Rua Comendador Fontana, 88 — Centro
Curitiba — Fone 253.7961 — CEP 80.000
- PARAÍBA**
Praça 1817, nº 116 — 2º andar
João Pessoa — CEP 58.000

- PERNAMBUCO**
Rua do Sossego, 419 — Boa Vista
Recife — Fone: 222.3418 — CEP 50.000
- PIAUI**
Rua Desembargador Freitas, 1.459
Teresina — Fone: 222.2044 — CEP 64.000
- RIO DE JANEIRO**
Rua do Rosário, 135 — salas 303/304
Rio de Janeiro — CEP 20.000
- RIO GRANDE DO SUL**
Rua Coronel Vicente, 596 — Centro
Porto Alegre — Fone: 26.7581 — CEP
- RIO GRANDE DO NORTE**
Av. Deodoro, 766 — Cidade Alta
Natal — CEP 59.000
- SÃO PAULO**
Rua Capitão Macedo, 222 — Vila Mariana
São Paulo — Fone: 549.20.89 — CEP 04021
- SERGIPE**
Rua Itabaianinha, 145 — Ed. Aliança, sala 104
Aracaju — CEP